


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO-
COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS: subsídios para (re) pensar a formação
profissional.**

MARIANE IRINEIA ALVES

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 29/12/08


Rosana Maria Gaio
Deppto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS
2008

MARIANE IRINEIA ALVES

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO-
COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS: subsídios para (re) pensar a formação
profissional.**

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Assistente Social.

Orientador: Prof^a Dra. Maria Teresa Santos

FLORIANÓPOLIS
2008


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANE IRINEIA ALVES

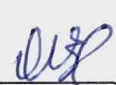
**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO-
COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS: subsídios para se (re) pensar a
formação profissional.**

Este Trabalho de Graduação foi julgado adequado para a obtenção do título de Assistente Social e aprovado em sua forma final pela Comissão Examinadora e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comissão Examinadora



Professora Dra. Maria Teresa Santos
Presidente da Banca



Professora Dra. Ana Maria Baima Cartaxo



Professor Dr. Hélder Bóska de Moraes Sarmento

Florianópolis, 2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me permitir chegar até aqui.

Aos meus pais, base de tudo, porto seguro, que ao longo da minha trajetória de vida me incentivaram e deram condições para que sonhos se realizassem, com suas lutas incessantes – amores verdadeiros, caminhos a seguir.

Aos meus irmãos, Rodrigo e João Eduardo, elos de afeto e amizade, sempre.

Aos meus familiares, fontes de inspiração, que com seus exemplos de vida me fizeram enxergar que sonhos são possíveis, principalmente a minha querida avó Irineia.

Ao meu namorado Leonardo, que nas queixas e desânimos, soube confortar-me com palavras, carinhos e brincadeiras que me fizeram seguir em frente.

Às amigas, não somente as que estiveram juntas nessa batalha, mas também aquelas que por circunstâncias da vida, seguiram outros caminhos – Lédia, Juliana, Thays, Cristina, Mayara e Patrícia. E principalmente à Ana Lúcia, amiga inseparável, que nas horas mais difíceis se tornou meu alicerce.

À professora Iliane e futuras assistentes sociais Priscila, Jiana e Nínive, pelo compartilhamento e árdua tarefa de ser estagiário. Principalmente à supervisora prof^a Vera Westphal, que grandes contribuições e conselhos me proporcionou.

À orientadora prof^a Maria Teresa, que com muita sabedoria, soube conduzir-me neste trabalho.

Às assistentes sociais, fonte desta pesquisa, que fizeram com que esse trabalho fosse possível.

A toda equipe da UFSC, professores e funcionários, que auxiliaram na minha formação acadêmica.

À todos vocês, meu muito OBRIGADA!

RESUMO

Este trabalho se constitui como descrição e análise da atuação do assistente social no Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis, sendo esse, atualmente, um campo de atuação em potencial para o Serviço Social. A pesquisa tem por objetivo conhecer o perfil dos assistentes sociais que atuam/atuaram junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis; identificar/analisar a atuação dos assistentes sociais junto a esse Movimento; identificar os tipos de instituições a que estão/estavam vinculados os profissionais que atuam/atuaram com o Movimento Sócio-Comunitário; contribuir com o processo de revisão curricular do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC; identificar a compreensão de “Movimento Sócio-Comunitário” pelos assistentes sociais. Esta pesquisa pode ser definida como do tipo qualitativa, de base empírica. Foi constituída por análise de documentos, bem como por pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Assim, percorreu-se uma longa trajetória metodológica. Num primeiro momento, realizou-se um mapeamento das organizações sócio-comunitárias; num segundo momento, buscou-se realizar a identificação dos profissionais de Serviço Social que atuam/atuaram junto às organizações mapeadas; num terceiro momento, utilizou-se outro instrumento de coleta de dados: a entrevista semi-estruturada; num quarto momento, todos os dados coletados foram tratados, ou seja, analisados quanti e qualitativamente à luz dos fundamentos da profissão e do currículo do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC. Constatou-se que a prática do assistente social junto ao movimento sócio-comunitário configura-se na assessoria a esse movimento com vistas à mobilização para a participação popular dos sujeitos sociais. Outra constatação é que a atual estrutura curricular do curso precisa ser revista, como já vem acontecendo, e que o conteúdo das disciplinas “Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” e “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” tema desta pesquisa, também precisa ser avaliado levando em consideração toda a grade curricular do curso.

Palavras-chave: Movimento Sócio-Comunitário; Atuação profissional do assistente social); Projeto Político Pedagógico.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de Assistentes Sociais por período de graduação acadêmica	36
GRÁFICO 2 – Número de Assistentes Sociais por tipo de currículo.	37
GRÁFICO 3 – Número de profissionais que realizaram Pós-Graduação.	38
GRÁFICO 4 – Número de profissionais por tipo de Pós-Graduação.	38
GRÁFICO 5 – Percentual de Assistente Social por Vínculo de Trabalho.	48
GRÁFICO 6 – Número de profissionais por Tempo de atuação.	48
GRAFICO 7 – Número de profissionais por Tipo de Instituições.	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Identificação dos assistentes sociais entrevistados	13
QUADRO 2 – Disciplinas do primeiro ciclo (básico) da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1984	26
QUADRO 3 – Disciplinas do segundo ciclo (profissionalizante) da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1984.	27
QUADRO 4 – Disciplinas da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1985/1	29
QUADRO 5 – Disciplinas da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1999/1	32

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CA – Centro Acadêmico

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DA – Diretório Acadêmico

DSS – Departamento de Serviço Social

EAD – Educação a Distância

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSS – Faculdade de Serviço Social

FVR – Fundação Vidal Ramos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

ONG – Organização Não Governamental

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A INTERVENÇÃO NO ÂMBITO COLETIVO.....	14
1.1 A Reforma do Ensino Superior no Brasil e as Implicações para o Serviço Social	14
1.2 Formação Profissional do Assistente Social no Brasil.....	18
1.3 O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina	20
1.4 Estruturas curriculares do curso de Serviço Social da UFSC nos últimos vinte e cinco anos	26
1.5 Formação Acadêmica e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC	36
2. ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO COMUNITÁRIO.....	43
2.1 O Serviço Social e o trabalho do Assistente Social	43
2.2 Elementos da atuação do Assistente Social junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis.....	47
2.2.1 <i>Inserção do Assistente Social no Movimento Sócio –Comunitário.....</i>	<i>50</i>
2.2.2 <i>Ações desenvolvidas: a assessoria ao Movimento Sócio-Comunitário</i>	<i>53</i>
3. O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO E OS DESAFIOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS	69
3.1 Concepção de Movimento Social.....	69
3.2 Concepção de Movimento Sócio-Comunitário	71
3.3 O Projeto Ético-Político do Serviço Social	77
3.4 Os desafios para atuação junto ao Movimento Sócio- Comunitário	82

CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES.....	95
APÊNDICE A - Levantamento dos TCC's de Serviço Social, relacionados ao tema da pesquisa, realizados entre 1994 e 2007/1.....	96
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas com os Assistentes Sociais.....	102
APÊNDICE C – Questionário aplicado com os Assistentes Sociais	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante de pesquisa realizada sobre a atuação do assistente social no Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis, no decurso de 1997 a 2006.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir da experiência de estágio realizado em três semestres no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – NESSOP/DSS/UFSC, sendo os dois primeiros semestres como estágio curricular não obrigatório (2006/1, 2006/2) e o último como estágio curricular obrigatório (2007/1).

A temática de trabalho do NESSOP é o Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis. Entende-se por Movimento Social, segundo Gohn (1997), as lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários. Já o Movimento Comunitário é entendido aqui, com base em Scherer-Warren e Chaves (2004), como um conjunto de organizações que representam os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região, visando discutir e demandar melhorias urbanas. Nesse sentido, participamos, durante o período de estágio, dos seguintes projetos:

Assessoria à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO¹ e ao Fórum da Cidade² que se constitui em ações que visam orientar, problematizar, propor temas e atividades de pertinência no contexto conjuntural destes atores coletivos.

Experiências em Cena, constituído de eventos que visam oportunizar a troca de experiências entre as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários de Florianópolis. Realizados desde 2000, registram-se até o momento sete edições desses encontros.

Formação de Gestores Comunitários, por meio de cursos de formação e capacitação sócio-política para gestores de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários. Realizados desde 1996, com interrupção nos anos 1999, 2000 e 2004. Com isso, houve cursos em 1996, 1997 e 1998 – esses de âmbito estadual -, 2001, 2003, 2005 e 2006, de âmbito municipal. Desses, participamos dos cursos realizados em 2006.

Com o estágio desenvolvido no NESSOP, vimos que aparentemente não há um número significativo de assistentes sociais trabalhando junto ao movimento sócio-comunitário

¹ A UFECO foi fundada em 1987 “com o intuito de articular as associações de moradores e Conselhos Comunitários existentes em Florianópolis (SCHERER-WARREN e CHAVES, 2004, p. 61)”.

² “O Fórum da Cidade é uma articulação de diversas organizações sócio-comunitárias criado em 2001 com o objetivo de conhecer, discutir e divulgar o estatuto da Cidade, reivindicando a sua regulamentação pelo poder público municipal (SCHERER-WARREN e CHAVES, 2004, p. 62)”.

de Florianópolis. Assim, nos questionamos se o profissional desenvolve suas atividades com o movimento comunitário a partir das Associações de Moradores e ou Conselhos Comunitários, ou por outras vias? Qual o número de profissionais atuando neste segmento? Quais as atividades desenvolvidas por estes profissionais junto ao movimento comunitário? O currículo do curso de Serviço Social da UFSC de fato subsidia para atuação nesta área/campo?

A definição do objeto de pesquisa não foi imediata. Resultou de um longo processo de indagações, idas e vindas, discussões e reflexões, as quais levaram à definição do objetivo da pesquisa: analisar a inserção profissional do assistente social junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis.

A partir disso, buscou-se conhecer o perfil dos assistentes sociais que atuam/atuaram junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis; identificar/analisar a atuação dos assistentes sociais junto a esse Movimento; identificar os tipos de instituições a que estão/estavam vinculados os profissionais que atuam/atuaram com o Movimento Sócio-Comunitário; contribuir com o processo de revisão curricular do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC; identificar a compreensão de “Movimento Sócio-Comunitário” pelos assistentes sociais.

Definiu-se como sujeitos de pesquisa os profissionais de Serviço Social que atuam/atuaram junto ao Movimento Sócio-Comunitário, tendo como universo de pesquisa o município de Florianópolis.

O período escolhido foi estabelecido tendo por referência os últimos dez anos, de 1997 até 2006.

Esta pesquisa pode ser definida como do tipo qualitativa, de base empírica. Foi constituída por análise de documentos, bem como por pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1999), pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características e comportamentos.

Vale ressaltar que este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo NESSOP, intitulada *O Movimento Sócio-Comunitário em Florianópolis: perfil, sujeitos e expressões (1997-2006)*. A pesquisa tem por objetivo principal identificar e analisar a configuração do Movimento Sócio-Comunitário em Florianópolis no período de 1997-2006. A pesquisa tem como metas: traçar o perfil das associações e conselhos que conformam o Movimento Sócio-Comunitário em Florianópolis e levantar indicadores de análise do tratamento dispensado no projeto político-pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC,

quanto à formação de habilidades e competências do assistente social para atuação junto a movimentos sociais.

Percorreu-se uma longa trajetória metodológica. Num primeiro momento, realizou-se um mapeamento das organizações sócio-comunitárias, a fim de facilitar o processo de identificação dos sujeitos a serem pesquisados. As fontes de coleta de dados desta pesquisa foram, além do estudo bibliográfico, os documentos das entidades filiadas à UFECO, tais como registro da entidade, atas, relatórios de atividades, entre outros. Nesses documentos foram sistematizados os dados referentes ao nome da entidade, tipo, data de fundação, registro em cartório, periodicidade de eleição, periodicidade de reuniões, entre outros.

Num segundo momento, buscou-se realizar a identificação dos profissionais de Serviço Social que atuam/atuaram junto às organizações mapeadas. Essa identificação se deu a partir de pesquisas junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso, de experiências de estágio no NESSOP/DSS/UFSC e dissertações de mestrado; consulta a alguns profissionais de Serviço Social que atuam no Movimento Sócio-Comunitário e contato com lideranças comunitárias que atuam no Movimento de Florianópolis.

Num terceiro momento da pesquisa empírica, utilizou-se outro instrumento de coleta de dados: a entrevista semi-estruturada. Entende-se por entrevista semi-estruturada, segundo Richardson (1999), aquela guiada por perguntas e respostas pré-formuladas e que visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado questionamento. Assim, foram realizadas entrevistas com os assistentes sociais que atuam/atuaram junto ao Movimento Comunitário desde 1997. As entrevistas seguiram um roteiro de questões, visando obter informações sobre formação profissional, atuação profissional, concepção de Movimento Sócio-Comunitário e perspectivas para a profissão.

A identificação dos profissionais entrevistados será feita, ao longo do trabalho, da seguinte maneira: Profissional A, Profissional B, Profissional C, e Profissional D; podendo ser visualizado na próxima página.

Num quarto momento, todos os dados coletados foram tratados, ou seja, analisados quanti e qualitativamente à luz dos fundamentos da profissão e do currículo do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC. Para exposição e análise dos dados, dividimos o trabalho em três seções.

Profissional	Instituição que Trabalha	Vínculo de Trabalho	Vínculo de Trabalho com o Movimento Sócio-Comunitário³	Ano Formação
A	Pública/UFSC	Efetivo	Indireto/Efetivo	1983
B	ONG	Contratual/Celetista	Indireto/Celetista Indireto/Contratual	1996
C	Pública/SSP	Efetivo	Direto/Voluntário	1999
D	Pública/Prefeitura	Efetivo	Indireto/Efetivo	1980

Quadro 1: Identificação dos assistentes sociais entrevistados.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira seção discorremos sobre a formação profissional do assistente social que atua junto ao Movimento Sócio-Comunitário. A formação acadêmica é construída a partir das diretrizes curriculares, do próprio currículo e do projeto pedagógico do curso, além do contexto histórico em que ocorre essa formação. Esta seção, bem como este trabalho em geral, tem por finalidade contribuir com o processo de revisão curricular do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC.

Na segunda seção refletimos sobre o exercício profissional desses sujeitos, contextualizando a profissão e levando em consideração os dados levantados a partir dos questionários aplicados e das entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais de relevância no contexto da cidade de Florianópolis. A finalidade desta seção é identificar/analisar a atuação dos assistentes sociais junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis e identificar os tipos de instituição a que estão vinculados esses profissionais.

Na terceira seção abordamos as diferentes concepções de “Movimento Sócio-Comunitário” formuladas pelos profissionais entrevistados. Em seguida, discorremos sobre os desafios que estes profissionais enfrentam para atuar junto a esse segmento. Esta seção tem por finalidade identificar a compreensão de “Movimento Sócio-Comunitário” pelos assistentes sociais e os desafios enfrentados por eles.

Ao final deste estudo, apresentamos as considerações apontando os limites e potencialidades da atuação profissional do assistente social junto ao Movimento Sócio-comunitário de Florianópolis, bem como algumas considerações para o fortalecimento da profissão de Serviço Social e para a qualificação do ensino de Serviço Social.

³ Vínculo de trabalho “direto” com o Movimento Sócio-Comunitário significa dizer que o profissional é contratado pelas próprias organizações sócio-comunitárias.

1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A INTERVENÇÃO NO ÂMBITO COLETIVO

Nesta seção discorreremos sobre a formação profissional do assistente social que atua junto ao Movimento Sócio-Comunitário, tendo em vista que a formação acadêmica é construída a partir das diretrizes curriculares, do próprio currículo e do projeto pedagógico do curso, além do contexto histórico em que ocorre essa formação.

Esta seção tem por finalidade contribuir com o processo de revisão curricular do Curso de Graduação de Serviço Social da UFSC, sendo esse um dos objetivos deste trabalho.

1.1 A Reforma do Ensino Superior no Brasil e as Implicações para o Serviço Social

Segundo Netto (2000), a discussão da reforma do Estado no Brasil tem início após o período ditatorial⁴, nos idos anos 1980. Isso ocorreu devido à instauração democrática no país, momento em que se verificou o crescimento das demandas, das aspirações e dos movimentos pela redemocratização no país.

Na década de 1990, o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso tinha o objetivo de adequar, segundo Netto (2000), a estrutura do Estado às exigências de uma nova inserção do país “mais subalterna, porém mais eficiente aos interesses do capital financeiro mundializado”. Aqui a reforma do Estado apresentava-se com uma visão muito diferente das forças democráticas e populares, que lutavam para adequar o Estado, a estrutura do Estado, ao espírito da Constituição de 1988. A reforma idealizada no Governo FHC tinha três traços principais: a satanização do Estado; a idéia de nação, de soberania; e por último, a noção do salve-se quem puder, com a desqualificação do papel do Estado. Tudo isso levava a população brasileira a crer na idéia de que tudo que era estatal era mau. O Estado era incompetente, o Estado era ineficiente, o Estado era corrupto. As conseqüências desse processo foram a estabilidade monetária (Plano Real), a desregulamentação do Estado e o

⁴ O Regime Militar foi instaurado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, estendendo-se até o final do processo de abertura política, em 1985. Esse período é marcado por autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação.

Programa Nacional de Privatização. Assim, segundo Netto (2000, p.25), “o governo FHC, no seu primeiro e segundo consulado, promove a maior reforma do Estado de que temos notícia”.

É nessa conjuntura que se inicia a reforma do ensino superior no Brasil, com a explícita incorporação da lógica capitalista, encontrada no desenho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20/12/1996. O processo de regulamentação da LDB, segundo Iamamoto (2000), expressa a correlação de forças políticas no âmbito das relações entre Estado e a sociedade no país, no marco das políticas de ajuste de raiz neoliberal, preconizadas pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir disso, segundo Netto (2000), a política do ensino superior brasileiro passa a apresentar cinco traços, a saber: “favorecimento à expansão do privatismo”, iniciado na ditadura instaurada em 1964 e reforçado no governo FHC com a pós-graduação; “liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão”, citada claramente desde a fundação da primeira universidade brasileira; “supressão do caráter universalista da universidade”; “subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado”, que passam a legitimar a eficácia universitária; “redução do grau da autonomia universitária” a autonomia passa a ser a autonomia financeira, resultando na “supressão da autonomia docente”.

Todos esses traços resultam na liquidação do sistema universitário brasileiro. Não se trata, segundo Netto (2000), de acabar com a universidade brasileira, trata-se de acabar com o sistema universitário público. Em primeiro lugar pela redução do papel democratizante da universidade pública. Por mais problemática que seja a universidade pública brasileira, ninguém passa por ela impunemente, “ela é uma escola de cidadania, ela é inquieta, ela agita, ela subverte, ela faz germinar (p.29)”. Então se trata de suprimir esse papel democratizante. Em segundo lugar, o que está contido nesse projeto é o fim da pretensão de qualquer pesquisa acadêmica autônoma, passando a existir um sistema público como um grande arquipélago, com ilhas de excelência, nas quais a pesquisa, a investigação e a produção de conhecimentos estarão diretamente subordinadas aos interesses do capital. Pois bem, em cima dessa universidade que tem um altíssimo nível de evasão, que tem professor que não aparece para dar aula, onde há uma enorme insatisfação de estudantes, de professores e funcionários sérios que têm compromissos acadêmicos, os governantes tomam a bandeira da eficácia, a bandeira da modernização e a bandeira da reforma, garantindo uma enorme base para a propagação dessa ideologia.

Conforme o Censo da Educação Superior de 2005⁵, o Brasil contava com 176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5 municipais. Naquele ano, o sistema público acolhia um total de 1.192.189 matrículas de graduação. O setor privado compreendia 1.934 instituições, dentre elas, 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação. A cada ano, 1.700.000 novos estudantes de graduação, modalidade presencial, têm ingressado no sistema nacional de educação superior.

Atualmente, no governo Lula, a proposta de reforma universitária aparece com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse se apresenta como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. O REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O Programa é justificado pelos seguintes itens: estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos; precocidade na escolha dos cursos; altos índices de evasão de alunos; descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento⁶.

Nota-se, a partir do exposto acima, que a “autonomia da universidade” e o “aumento de vagas”, elementos que subsidiam o discurso e a defesa da reforma universitária no Brasil, tão almejada pelos governantes nas últimas décadas, trazem conseqüências gravíssimas para a qualidade do ensino superior brasileiro. O anteprojeto de autonomia universitária orienta-se no sentido de reduzir a participação financeira do Estado na manutenção da universidade pública, a favor de sua crescente privatização. Assim, as universidades devem captar recursos vinculando-se a empresas privadas e ao mercado. Na verdade, o que temos é sua perda de autonomia, já que passa a se submeter ao mercado e também a parcerias com empresas privadas. A cobrança de mensalidades e taxas é apenas um processo de aprofundamento do que já vem ocorrendo com as universidades estatais.

Outro elemento a ser considerado é a proposta de aumentar o número de vagas nas universidades estatais, a qual ocorre através do aumento da carga horária dos professores – o

⁵ Fonte: INEP, 2005.

⁶ Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

que significa mais tempo em sala de aula e menos tempo para pesquisa – acarretando em mais trabalho extra-sala para os professores, tal como a avaliação de trabalhos escritos, que se eleva quantitativamente, e a expansão da EAD – Educação à Distância, que possui baixo custo e permite a um professor ter uma quantidade muito maior de alunos sob sua responsabilidade. Haverá, com isso, uma notável queda da qualidade do ensino, pois o professor terá menos tempo para pesquisa, atualização, além do fato de que quanto maior o número de alunos numa sala de aula menor é o rendimento desses e essa qualidade era uma das vantagens do ensino superior estatal sobre o privado. O objetivo é claro: diminuir custos e também diminuir a qualidade de ensino, tornando mais equilibrada a diferença entre instituições estatais e privadas.

Segundo informações da Agência de Comunicação da UFSC – Agecom⁷, todas as instituições federais de educação superior aderiram ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), inclusive a UFSC. A adesão, segundo Ronaldo Mota, Secretário da Educação Superior, “foi voluntária e esteve condicionada à apresentação de projeto próprio de cada instituição, respeitando a autonomia e a vocação institucional de cada uma”. Grande parte das universidades federais apresentou, no plano de reestruturação e expansão, a meta de ampliar o número de vagas nos cursos destinados à formação de professores.

Aqui na UFSC está havendo debates entre alunos e professores e negociações entre o Movimento Docente e o Governo, ressaltando que está em jogo o futuro das condições para o exercício do trabalho docente e o futuro da universidade fundada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, ressaltamos que não é esta a Universidade Pública que almejamos e sim um espaço direcionado aos interesses da coletividade, enraizada na realidade nacional e regional. Universidade que ao desenvolver o ensino, pesquisa e extensão, afirme padrões de excelência acadêmica no exercício de suas funções essenciais, que não podem ser reduzidas a transmissão de conhecimentos e formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho. Alia-se à difusão do saber, disponibilizado à coletividade, passível de contribuir para a melhoria das condições de vida da população e para a edificação da democracia na sociedade brasileira.

Toda essa política da reforma do ensino superior no Brasil traz conseqüências específicas para a formação do assistente social. A maior implicação, segundo Ferreira

⁷ Fonte: <<http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=6145>> acesso em 08/01/2008.

(2000), pode ser um “esvaziamento” das diretrizes curriculares discutidas e construídas coletivamente a partir de 1994, já que existe uma contradição entre a proposta de formação das diretrizes curriculares e a proposta de formação subjacente à reforma do ensino superior: as diretrizes curriculares, articuladas em consonância com o código de ética profissional e com a lei de regulamentação da profissão, conformam um projeto ético-político-profissional claramente comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva de transformação societária, o que se confronta com a perspectiva governamental de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado e, portanto, para atender às necessidades e interesses do capital. A formação e o exercício profissional correm o risco de sujeitar-se à ditadura do mercado.

Segundo Ferreira (2000), “a fragmentação e a pulverização da formação profissional colocam em risco o processo histórico e coletivo de construção de um projeto de profissão ligado a um projeto de sociedade (p. 95)”.

1.2 Formação Profissional do Assistente Social no Brasil

Falar em formação profissional do assistente social implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do Serviço Social. O surgimento dessa profissão ligada à Igreja Católica, enquanto tentativa de caridade, e ao Estado, como mecanismo de “enfrentamento” da questão social, ensejam características próprias à formação profissional. Segundo Nobuco Kameyama, no Prefácio do livro de Maria Ozanira da Silva e Silva (1984), a formação profissional teve início na fase em que a preocupação fundamental era a formação pessoal, quando a prática se resumia à assistência e orientação. Dessa fase inicial o ensino passa pela fase de instrumentalização técnica, quando o assistente social é considerado “agente de mudança”, isto é, “ator importante do denominado processo de desenvolvimento calcado na teoria de modernização”, até a fase em que o assistente social se torna agente capaz de compreender a realidade nacional, para desenvolver uma crítica a tudo que representa de atraso, caduco e inoperante na área de sua atuação. E diante de alterações sociais substantivas, a profissão viu-se obrigada a se redefinir; pois, como a sociedade burguesa, também ela não se conforma e age como um mecanismo capaz de mudar e que está em constante mudança. Na década de 1980, a categoria dos assistentes sociais emerge na cena social, no processo de transição democrática, com um novo perfil profissional e acadêmico.

Novo elenco de problemáticas passou a constar na pauta do debate, submetidas a tratamento teórico-metodológico e prático-político distintos.

Essa passagem, citada acima, de “agente de mudança” para “agente crítico”, é consequência do Movimento de Reconceituação, expressivo na América Latina, o qual representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. Salienta-se que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, emergido na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década, foi na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modo técnico-operativo. O quadro histórico, no qual se desenvolveu o movimento de reconceituação, se dava no contexto das profundas mudanças, presididas pela efervescência das lutas sociais, demarcadas por um ciclo expansionista do capitalismo no cenário mundial. Nesse contexto, algumas preocupações foram fundamentais. São elas: o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cênicos”, para a contextualização histórica da ação profissional; os esforços para a criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social”; atribuição de um estatuto científico ao Serviço Social; a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional (IAMAMOTO, 1998).

Para este novo projeto profissional, se fez necessária uma ruptura ideológica, teórica, metodológica e operativa com as concepções dominantes. Assim, o ensino de Serviço Social não deve ficar restrito à instrumentalização técnica, mas oferecer análises que possibilitem ao profissional compreender a realidade global.

Segundo Iamamoto (1998), o Serviço Social se caracteriza como uma *especialização do trabalho coletivo*, inscrito na *divisão sociotécnica do trabalho*, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim, seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da “questão

social”⁸. É na implementação de políticas sociais e, em menor medida, na sua formulação e planejamento, que ingressa o Serviço Social.

Outra questão apontada é que a formação profissional, segundo Silva & Silva (1984), numa realidade específica, além de não poder ser considerada isoladamente da realidade social, expressa pelo aspecto estrutural (elementos orgânicos) e conjuntural (condições históricas) vistos anteriormente, deve ser considerada também a partir do sistema educativo em geral e do ensino superior como contexto da formação profissional, a qual reflete o movimento histórico da própria sociedade.

A universidade brasileira, enquanto espaço da educação, é onde se dá a formação profissional do assistente social, entendendo-se a universidade como uma instituição que expressa o contexto econômico e político dessa sociedade, tendo como função a transmissão da ideologia dominante, mas, contraditoriamente, um espaço onde outras formas de pensamento circulam, permitindo a formulação de uma nova ideologia.

Outra condição à formação profissional do assistente social no Brasil pode ser identificada no interior do ensino específico, onde a maioria das unidades de ensino de Serviço Social constitui-se de escolas particulares isoladas, marcadas pelo espírito empresarial, pela massificação do ensino, além dos limites impostos à livre expressão (SILVA & SILVA, 1984). Atualmente, essa relação de escolas particulares e escolas públicas de Serviço Social é aproximadamente 147 para 35 escolas, espalhadas por todo o território brasileiro⁹.

No caso específico desta pesquisa, esse quadro se mostra ao contrário, ou seja, todas as profissionais pesquisadas tiveram sua formação profissional realizada em universidade pública, particularmente na Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3 O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

A criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis resultou de esforços de entidades de bem-estar social de Santa Catarina, que se congregaram para instituir a Fundação

⁸ “Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

⁹ Fonte: <<http://www.abepss.org.br>>, acesso em 25/11/2007.

Vidal Ramos (FVR). A FVR teve início em 3 de maio de 1958, após inúmeras reuniões que tiveram por objetivo definir suas finalidades. Foi constituída com entidade filantrópica, com finalidade de “buscar a valorização do homem integral e a promoção humana mediante manutenção e execução de projetos sócio-culturais, bem como pesquisas, complementação do ensino fundamental e educação especial profissionalizante”. A Fundação passa a organizar e manter um estabelecimento de ensino superior para a formação profissional de assistentes sociais. Atualmente desenvolve atividades como reforço escolar, esportes, curso de informática, oficina de música, trabalhos manuais e cursos profissionalizantes ¹⁰.

O curso passa a funcionar em 19 de dezembro de 1958, contando com a participação, na organização e direção da Faculdade de Serviço Social (FSS), de duas missionárias de Jesus Crucificado, enviadas pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (SP), sendo essa conveniada da Fundação Vidal Ramos. Em 27 de junho de 1961, o curso foi reconhecido pelo MEC, então Ministério da Educação e Cultura.

Já em comemoração aos 20 anos da Faculdade de Serviço Social, no dia 27 de outubro de 1978, encaminha-se um documento à Direção da Universidade Federal de Santa Catarina, solicitando a integração do Curso de Serviço Social à Universidade. Uma das razões mencionada no documento dizia respeito diretamente aos objetivos da UFSC. Constava, no artigo 3º, inciso VII, do Estatuto - na ocasião, recentemente aprovado pelo MEC -, que cabia à UFSC “tomar consciência e participar da solução dos problemas regionais e nacionais, atuando em colaboração com o Poder Público e a Comunidade no processo de desenvolvimento do país”. Os estudos foram viabilizados e, em decorrência, o Curso de Serviço Social integrou-se à Universidade Federal de Santa Catarina em 1980.

O objetivo do Curso de Serviço Social, conforme consta em documento emitido pela Coordenadoria do Curso em 1989, era:

[...] conhecer e compreender a realidade social, suas inter-relações conjunturais e estruturais, num processo histórico de transformação econômica, social, política e cultural. Refletir criticamente a construção teórico-metodológica do Serviço Social e contribuir para o avanço do saber profissional. Habilitar para o exercício profissional, no que se refere ao conhecimento e utilização do instrumental técnico operativo de intervenção. Propiciar o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações sociais, baseadas na ética profissional (p. 3).

Além desse, constava no mesmo documento, entre outros objetivos, o de formar profissionais habilitados e comprometidos com o conhecimento e a intervenção na realidade

¹⁰ Todo o histórico do Curso de Serviço Social da UFSC foi consultado na página eletrônica <http://www.servicosocial.ufsc.br/01_departamento_historico.php>, acesso em 25/11/07.

social e política. O documento afirmava que “seus fundamentos metodológicos e ideológicos têm caráter pluralista. Reconhece-se a complexidade e a dinâmica das relações sociais em suas transformações históricas e na sua contemporaneidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1989, p. 3).

O Departamento de Serviço Social, desde a implantação do Currículo de 1985, realizou avaliações incorporadas à programação anual do Curso, com a finalidade de adequar a formação profissional do assistente social às exigências da atualidade.

Percebe-se a revisão curricular enquanto processo amplo que engloba conteúdo e metodologia de ensino e se baseia na prática profissional concreta do assistente social, no momento histórico presente. Esse processo de revisão curricular situa-se no âmbito do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, quando, na busca de um compromisso com os interesses das classes populares, começa a questionar a sua formação profissional em relação à teoria, objetivos, conteúdo e pedagogia de ensino. Realiza-se na UFSC, em 1991, em face das rápidas mudanças dessa década, a revisão curricular parcial do Curso de Serviço Social.

Segundo o documento, “Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social”, de 1999, as exigências para modificação no projeto de formação profissional do assistente social vinham sendo observadas desde 1990 com amplo e sistemático debate entre as Unidades de Ensino do país, coordenadas pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), avaliando e propondo as alterações para a exigida revisão curricular.

Segundo o mesmo documento, primeiramente avaliaram-se os impasses e tensões que dificultavam uma formação profissional contemporânea e de qualidade e, a partir daí, estruturou-se outra proposta de formação profissional.

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina participou ativamente deste processo, no plano nacional e regional. No plano local, a participação de alunos, professores e profissionais, representados pelo Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região, propiciou a construção coletiva da proposta de alteração curricular que foi formalmente apresentada em 1999. Esta proposta contém as diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social aprovadas pelas Unidades de Ensino em 1996.

Assim, quando se pensou em alterar o currículo, verificaram-se as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais e as novas competências e atribuições.

As diretrizes e pressupostos da proposição curricular foram estabelecidos a partir de duas considerações básicas: a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos

processos de exclusão cultural, social, política e econômica, e as manifestações da questão social, no âmbito das transformações advindas a partir do reordenamento do capital e do trabalho, consequência do processo de reestruturação produtiva no Brasil.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, referenciados pelas diretrizes curriculares da ABESS/1996, que formataram a revisão curricular, foram os seguintes:

a) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva. Reconhecer esta dimensão implica reconhecer que o Serviço Social se altera e se transforma quando se alteram e se transformam aquilo que constitui o fundamento de sua existência, ou seja, a questão social e os processos de exclusão. Outra decorrência desse reconhecimento é a necessidade de compreensão dos processos sociais e de um instrumental para tal tarefa. Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas perpassam a formação profissional como pressupostos para a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e dos aspectos focais da mesma, os quais se constituem em objetos de intervenção profissional.

b) A relação do Serviço Social com as expressões da questão social e com os processos de exclusão social é mediatizada por um conjunto de situações/dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas que se constitui no seu processo de trabalho e que objetiva um produto concreto; este é integrado por elementos tidos como constitutivos da profissão: objeto, objetivos, papéis e funções, instrumentos e técnicas de atuação – dimensões técnico-políticas e teórico-metodológicas do fazer profissional. Assim, a questão social para o assistente social é visualizada com um olhar que é próprio e determinado pela profissão em sua constituição histórica e pelo significado a ela atribuído pela sociedade.

c) As alterações no modo de organização do capital e do trabalho introduzem modificações nas demandas profissionais e alteram o mercado profissional, pois provocam mudanças na esfera da produção que operam refrações nos mecanismos de reprodução social – âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social.

d) O processo de trabalho no Serviço Social é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social, por processos de exclusão e pelas formas que a sociedade dispõe e implementa para atenuá-los. As demandas que se apresentam, hoje, à profissão têm configurações que dão novas dimensões aos velhos fenômenos, como os novos papéis da sociedade civil, a segmentação social dos usuários, as novas formas de organização do trabalho, reeditando situações de século XIX nos dias atuais.

Essas considerações tendem a formar um perfil profissional capacitado a realizar ações qualificadas no plano teórico-metodológico, prático-operativo e ético-político ¹¹.

O novo currículo, implementado a partir do primeiro semestre de 1999, procurou manter o caráter generalista da formação profissional no plano institucional, como um requisito exigido pelo mercado de trabalho, ou seja, um profissional preparado para atuar em diversas áreas.

Para garantir o perfil pretendido e atingir os objetivos do curso, instituem-se os Núcleos de Fundamentação - baseados nas diretrizes curriculares da ABESS/1996 - os quais formam um conjunto de conhecimentos indissociáveis constitutivos da formação profissional. São eles:

- Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social: compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social, enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;

- Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e estas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;

- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho, sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Segundo Yamamoto (1998), esses três núcleos não apresentam uma seqüência evolutiva de conteúdos ou uma hierarquia de matéria externas e internas ao universo profissional. Ao contrário, são níveis distintos e complementares de conhecimentos necessários para a atuação profissional.

Além da mudança do currículo, em 1999, outra mudança substantiva se deu com a ampliação do número de vagas do Curso de Serviço Social da UFSC. Desde sua criação em 1959 até 1970, o Curso oferecia uma entrada anual. A partir da década de 1970, passou a funcionar com duas entradas no período matutino (uma em março e outra em agosto) e a

¹¹ Fonte: <<http://www.servicosocial.floripa.com.br>>, acesso em 25/11/2007.

partir do ano de 1999, passou a ter quatro entradas: duas em março e duas em agosto (atendendo os períodos matutino e noturno), perfazendo um total de 140 ingressos anuais.

Verifica-se, a partir do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, que o perfil que se busca no bacharel dessa área é o de um profissional que atue frente às expressões da questão social, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais e, acima de tudo, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

Toda essa mudança da estrutura curricular e do projeto pedagógico do curso foi realizada almejando uma formação profissional que viabilize uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como exigência fundamental para o desenvolvimento de atividades técnico-operativas, tendo por finalidade a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. A formação profissional deve, ainda, possibilitar outros exercícios como análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento histórico; identificação das demandas presentes na sociedade, com finalidade de formular respostas profissionais.

Ainda de acordo com as diretrizes gerais da ABEPSS, o curso deve exigir um trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos problemas e desafios com quais o profissional irá se defrontar; adotar uma teoria social crítica que viabilize a compreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; determinação das dimensões investigativa e interpretativa, como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional e compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.

Segundo Cardoso (2000), nas novas diretrizes curriculares a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também é destacada, sendo a dimensão investigativa, juntamente com a ética e a dimensão interventiva, consideradas princípios formativos e condições centrais que devem perpassar todo o processo de formação profissional; o exercício do pluralismo que, sendo próprio da natureza da vida acadêmica e não se confundindo como ecletismo, impõe o necessário debate sobre as várias tendências teóricas e ideo-políticas em confronto durante a formação profissional. Tudo isso vem ao encontro do projeto político pedagógico a que se propõe o Curso de Serviço Social da UFSC.

Ainda com as novas diretrizes, o projeto pedagógico do Curso tende a reafirmar o compromisso com a transformação social como direção da formação profissional, tendo como horizonte a superação da ordem capitalista com vistas à emancipação humana. O projeto de formação profissional comprometido com a classe trabalhadora também é reafirmado pelo código de Ética Profissional de 1993, no qual o tratamento da dimensão ético-política da profissão se expressa pelo compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de superação da ordem burguesa.

1.4 Estruturas curriculares do curso de Serviço Social da UFSC nos últimos vinte e cinco anos

Vimos que o Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina passou por diversas estruturas curriculares. Sendo que nos últimos vinte e cinco anos, o Curso teve três currículos. O primeiro currículo desse período foi seguido até 1984; o segundo até 1998; e o último, rege até os dias atuais.

Na história da formação profissional, essas mudanças de estrutura curricular e do projeto pedagógico serviram para se repensar e se reorganizar o currículo de acordo com as exigências da conjuntura e a correlação de forças sociais que se enfrentam na sociedade e no âmbito universitário.

Vale lembrar que o currículo expressa sempre uma concepção determinada de profissão. É a partir desta concepção que alguns conhecimentos são selecionados e que se dá ênfase a certos conteúdos e procedimentos considerados indispensáveis na formação de um perfil profissional definido como aquele desejável. Nesse sentido, o currículo é um projeto de conhecimento do campo da profissão que deverá estar sempre aberto aos avanços no desenvolvimento teórico e às novas condições que se apresentam nos processos de trabalho.

O primeiro currículo de Serviço Social da UFSC estudado nesta pesquisa foi orientado pelo currículo mínimo de Serviço Social de 1970, e dividia o curso em dois ciclos, sendo o primeiro básico; e o segundo denominado profissionalizante. No ciclo básico estavam contempladas as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Carga Horária horas /aula
Administração	72
Antropologia Cultural	72
Estatística	54
Estudos de Problemas Brasileiros	36
Ética	36
Filosofia	54
Higiene e Medicina Social	36
Instituições do Direito Privado	72
Instituições do Direito Público	36
Introdução à Economia	72
Legislação Social	72
Metodologia Científica	36
Pesquisa Social	72
Português	72
Prática Desportiva I, II, e III	36,36,36
Psicologia I, II e III	72, 72, 72
Sociologia Geral I e II	72, 54
Teoria do Serviço Social IA e IB	36,36
Teoria Sociológica	72
Carga Horária – Hora/aula Total	1386

Quadro 2 - Disciplinas do primeiro ciclo (básico) da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1984. Fonte: Currículo 1984.

Já no ciclo profissionalizante, as disciplinas oferecidas eram:

Disciplinas	Carga Horária horas /aula
Administração em Serviço Social	54
Estudo de Problemas Brasileiros II	36
Ética Profissional	54
Filosofia das Religiões	36
Higiene Mental	54
Optativas	108
Orientação do TCC I e II	36,36
Pesquisa Social II	36
Política Social	72
Prática de Serviço Social I, II, III, IV e V	180, 252, 252, 252,252
Prática Desportiva IV, V e VI	36,36,36
Serviço Social de Casos I, II, III e IV	72,72,72,72
Serviço Social de Comunidade I, II, III e IV	36, 54, 72,72
Serviço Social de Grupo I, II, III e IV	54, 54, 72, 72
Teoria do Serviço Social II	36
Carga Horária – Hora/aula Total	2628

Quadro 3 - Disciplinas do segundo ciclo (profissionalizante) da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1984. Fonte: Currículo 1984.

Esse currículo foi fruto de um período caracterizado pela adoção em larga escala do desenvolvimento de comunidade pelo governo. Segundo Wanderley (1998), a visão expressa nas produções desse período é de uma sociedade ordenada, onde existem conflitos e tensões, daí a necessidade de mudanças, porém dentro da ordem. A integração é a categoria-chave predominante na produção.

Assim, o ensino do Serviço Social, analisando o currículo acima, seguia a concepção da profissão vigente na época, a qual comportava três métodos: serviço social de caso, serviço social de grupo e serviço social de comunidade. O serviço social de comunidade, juntamente com o serviço social de caso e serviço social de grupo, constituíam-se matérias correlativas e complementares. Essas disciplinas retratavam a fragmentação da apreensão da realidade e consequentemente a intervenção profissional do assistente social. Foi dessa forma que o Serviço Social atuou, visando o desenvolvimento da comunidade, acabando por ampliar seu espaço de trabalho através do Estado.

Observa-se, a partir da análise do currículo e com base em Faleiros (2000), que nessa época os currículos eram centrados na solução de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas; há o contraponto crítico da visão social, da influência dos setores progressistas cristãos socialmente engajados. A prática se dava junto a comunidades, habitação, centros urbanos, centros de saúde, Sistema S, previdência social, municípios, Legião Brasileira de Assistência - LBA, empresa. A visão predominante era desenvolvimentista.

O currículo nos mostra também o perfil e os objetivos que o curso almejava na época, que vem ao encontro do exposto acima. O objetivo era formar profissionais altamente voltados para a prática, para o mercado de trabalho. Isso fica evidente com as disciplinas Prática do Serviço Social I, II, III, IV e V. O ensino do Serviço Social devia estar atento aos modelos racionalizadores e modernizantes em vigência nas instituições demandatárias dos serviços profissionais dos assistentes sociais.

O ensino da disciplina Serviço Social de Comunidade segue esses mesmos objetivos gerais, complementados de aspectos basicamente operacionais, referentes às ações a serem desenvolvidas no âmbito comunitário, com ênfase na relação teoria/prática: pretende-se chamar a atenção do profissional em Serviço Social para entrelaçamento do conhecimento teórico e prático, fundamental para que seja possível uma intervenção direta na realidade. O objetivo era contribuir para a formação profissional, capacitando os futuros assistentes sociais para exercerem a função de agentes de mudança (WANDERLEY, 1998).

Nota-se, portanto, que o ensino era significativamente voltado para a prática em comunidades, objetivando a organização e o desenvolvimento dessas comunidades, numa visão de “integração” social.

O segundo currículo do curso de Serviço Social da UFSC, abordado nesta pesquisa, vem da proposta de mudança curricular de 1979-1982/ABESS que resultou da crise da ditadura implantada com o golpe militar de 1964 e que só terminaria efetivamente com a Constituição de 1988. É nessa época que o Serviço Social no seu movimento de reconceituação se articula às lutas pela democratização, pelos direitos sociais, pela marca da visão marxista na formação. A orientação do movimento consistia, segundo Faleiros (2000), na implementação da dialética e da vinculação do Serviço Social com as lutas dos dominados, como propunha o projeto ético-político da profissão.

Nesse sentido, se evidencia o conceito de práxis, que segundo Faleiros (2000) implicava a ruptura com a visão adaptativa e clínica, e o conceito de dialética, uma ruptura com a visão empiricista e pragmatista. O projeto da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, de 1979/82, propunha romper com “a visão fragmentada da realidade”, com o objetivo de uma formação crítica e comprometida com a transformação social.

A visão de que o Serviço Social deveria se integrar com os movimentos sociais, segundo Faleiros (2000), tornou-se um eixo central, tendo em vista a própria mobilização das organizações estaduais e nacional dos assistentes sociais para se reestruturar.

Nesse contexto é que se definiu uma reforma curricular em 1979, que veio desbancar a divisão de serviço social de casos, de grupo e de comunidade e colocar o projeto de teoria, metodologia e história do serviço social, com ênfase nos movimentos sociais e na luta de classes, ainda que se utilizasse a denominação da disciplina de “Desenvolvimento de Comunidade”. Na sua implementação, a proposta se mostrou confusa, teoricista, estruturalista, sem abertura para repensar a multiplicidade da prática.

Esse currículo foi implantando no curso de Serviço Social da UFSC a partir do primeiro semestre do ano de 1985, que já não mais dividia a formação em dois ciclos e contava com as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Carga Horária horas /aula
Administração em Serviço Social	72
Antropologia Cultural	72
Antropologia Filosófica I e II	72, 72
Economia Social	72
Estágio Supervisionado I, II e III	108, 108, 108
Estudo de Problemas Brasileiros I e II	36, 36
Ética Profissional em Serviço Social	72
Filosofia I	54
Fundamentos do Serviço Social I e II	54, 54
História do Serviço Social	72
História Econômica Política e Social Brasileira	72
Instituição de Direito Privado	72
Introdução à Ciência Política	72
Introdução à Metodologia do Serviço Social	72
Introdução ao Serviço Social	72
Legislação Social	72
Metodologia Científica	36
Optativa	216
Orientação do TCC I e II	54, 54
Pesquisa em Serviço Social I e II	108, 108
Planejamento em Serviço Social	72
Política Social	72
Política Social em Serviço Social	72
Prática Desportiva	36, 36, 36, 36
Psicologia Evolutiva	72
Psicologia Geral	72
Psicologia Social	72
Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade	72
Serviço Social na Realidade Catarinense	54
Síntese do Serviço Social	108
Sociologia Geral I	72
Supervisão em Serviço Social	72
Teoria do Conhecimento I	72
Teoria e Metodologia do Serviço Social I, II e II	108, 144, 144
Teoria Sociológica I e II	72, 72
Carga Horária – Hora/aula Total	3636

Quadro 4 - Disciplinas da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1985/1.
Fonte: Currículo 1985.

Notam-se, portanto, nessa nova estrutura curricular algumas mudanças significativas, como a criação de novas disciplinas e extinção de várias outras, dentre elas Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Caso e Serviço Social de Comunidade como explicitado anteriormente, o qual passa por uma nova organização, sendo chamada essa última de “Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade”, realizada não mais em quatro fases e

sim concentrada em apenas um semestre com quatro créditos. Outras disciplinas, porém, continuaram, como Estudo de Problemas Brasileiros, Filosofia, Sociologia, Psicologia, entre outros, demonstrando assim a preocupação em não focar apenas a prática, a instrumentalização do Serviço Social, e sim a preocupação com o embasamento teórico. Esse momento denota uma visão mais generalista da formação profissional do assistente social, em relação ao currículo anterior.

Essa reorganização da disciplina “Serviço Social de Comunidade” para “Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade” enfatiza a relação com os movimentos sociais. Tal fato revela, de um lado, a sensibilidade do Serviço Social frente ao real, ao conjuntural, na busca de responder às demandas postas à profissão, uma vez que, como vimos, esse período tem nos movimentos sociais um novo sujeito histórico, presente e atuante. Há aqui, o que se poderia chamar de uma redefinição dos conteúdos da disciplina Desenvolvimento de Comunidade.

Dessa forma, é possível perceber que esse currículo, assim como o primeiro, priorizava a atuação profissional do assistente social junto às comunidades, mas de uma maneira diferente. Aqui o ensino já não era voltado para a prática em comunidades visando a “integração” social e sim uma atuação junto aos movimentos sociais objetivando a emancipação dos sujeitos.

O currículo de 1985 da UFSC perdurou até o segundo semestre de 1998. No primeiro semestre de 1999, deu-se a mudança dessa configuração com a implementação do novo currículo, o qual veio de uma ampla discussão da categoria profissional em conjunto com as escolas de Serviço Social.

A reconstrução desse projeto de formação profissional definiu-se num quadro sócio-político em que o governo brasileiro implementa uma política orientada por organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), como exposto no início dessa seção, com forte repercussão no espaço privilegiado da formação profissional – a universidade.

O processo de revisão curricular da década de 1990, promovida pela então ABESS/CEDEPSS, e as novas diretrizes curriculares formuladas contrapõem-se a essa lógica.

As novas diretrizes evidenciam que a “questão social”, como fundamento histórico-social da profissão, é um dos eixos centrais da formação profissional, articulada em suas diferentes formas de expressão aos processos de trabalho em que se insere o assistente social.

Outro eixo central das diretrizes curriculares é a relação entre processo de trabalho e Serviço Social. A discussão está em conceber ou não o Serviço Social como trabalho. Tal questionamento, segundo Cardoso (2000), tem se manifestado de diferentes formas: a

primeira refere-se à utilização da categoria processo de trabalho para apreender a prática do assistente social, uma vez que o pensamento a respeito dessa categoria tem se vinculado ao trabalho fabril, ao setor bancário. A segunda forma de manifestação dessa polêmica é o entendimento que alguns segmentos da categoria têm de que o trabalho profissional está desvinculado do trabalho coletivo, autonomizando-o. Uma terceira questão é o risco do uso indevido da categoria trabalho, na tentativa de transpor sua forma de utilização do quadro teórico-metodológico marxiano para análise de processos no setor de serviço.

Entendemos, a partir do exposto acima e com base em Cardoso (2000), que a negação do Serviço Social como trabalho é questionável, pois o Serviço Social como profissão não se reduz a processos de trabalho, mas tem nestes processos uma forma de objetivação, que se expressa na sua intervenção. Essa forma de expressão tem uma finalidade, tem um produto, incide sobre objetos determinados, é determinada socialmente e é repleta de conteúdo. As demais dimensões que configuram a profissão se objetivam pelo seu corpo de conhecimento, pelas formas de organização dos sujeitos profissionais que a realizam e por suas modalidades de formação.

Outros eixos que merecem destaque nas novas diretrizes curriculares são o rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social, indicando uma perspectiva que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a partir das orientações curriculares apontadas pela ABESS em 1996, o último currículo do período estudado, vigente até os dias atuais, foi implantado no curso de Serviço Social da UFSC no primeiro semestre do ano de 1999 e conta com as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Carga Horária horas /aula	
Administração em Serviço Social	72	
Antropologia Social I e II	72, 72	
Ciência Política	72	
Direito e Cidadania	72	
Economia Política	36	
Estágio Curricular Obrigatório I e II	306, 144	
Ética Profissional do Serviço Social	36	
História Geral do Brasil	36	
Introdução ao Processo de Trabalho no Serviço Social	36	
Introdução ao Serviço Social	72	
Pesquisa em Serviço Social	72	
Planejamento em Serviço Social	72	
Política Social e Formação Sócio-Histórica Econômica Brasileira	72	
Processos de Trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações	72	
Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito	72	
Processos de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação	72	
Processos de Trabalho no Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis	72	
Psicologia I e II	72	
Seminários Temáticos e Atividades Complementares I e II	72, 72	
Serviço Social e Acumulação Capitalista	72	
Serviço Social e Pensamento Contemporâneo	72	
Serviço Social e Política Social: Modelos de Proteção Social	72	
Serviço Social e Política Social: Padrões atuais de Proteção Social	72	
Serviço Social e Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente	72	
Serviço Social e Realidade Social	36	
Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social	72	
Serviço Social e Seguridade Social: Previdência	72	
Serviço Social e Seguridade Social: Saúde	72	
Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis	72	
Serviço Social: Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos	72	
Serviço Social: Instituições e Organizações	72	
Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos	72	
Supervisão de Estágio I e II	36,36	
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência	54	
Teoria Sociológica	72	
Tópicos Especiais em Serviço Social	72	
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	36	
	Carga Horária – Hora/aula Total	2952

Quadro 5 - Disciplinas da grade curricular do Curso de Serviço Social da UFSC de 1999/1.

Fonte: Currículo 1999/1.

Esse novo currículo teve como base os esforços de superação de traços teoricistas, que não raras vezes impregnaram o debate profissional dos anos de 1980 e apontaram caminhos

para ultrapassar o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano. A contradição é que esse projeto não parece ter sido realizado, pois a questão social, como base histórica fundadora do Serviço Social, e a prática profissional, como trabalho inscrito em um processo de trabalho, representam o divisor de águas entre o atual projeto da formação profissional e o anterior, ou seja, a prática foi considerada como “processo de trabalho” e não em sua riqueza e diversidade de múltiplas determinações, e a fundação da profissão se limitou a uma genérica “questão social” (FALEIROS, 2000).

Em decorrência do esforço realizado e do resultado definido, é que se desejou contribuir para que a reforma ultrapassasse o tecnicismo, articulando teoria e prática, enfrentando a questão da especificidade da intervenção do Serviço Social na sociedade capitalista contemporânea, num processo vivo e dinâmico de aprendizagem, desenvolvimento de pesquisa e efetividade das ações nas questões e situações concretas da profissão.

Com esse desejo de articular a teoria e a prática é que se criou, nesse currículo, as disciplinas de processos de trabalho, as quais seriam a versão prática das disciplinas teóricas. Essa configuração, porém, acaba por fragmentar ainda mais esse processo de aprendizado teórico-prático.

Merecem atenção as matérias estabelecidas nos currículos. Ainda que permaneça a mesma nomenclatura do currículo mínimo em vigência, em grande parte das matérias houve alteração do conteúdo proposto em cada uma delas. As matérias são: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, Processos de Trabalho no Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa e Ética profissional, e o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, que permanecem como atividades indispensáveis integradoras do currículo.

Essa síntese, baseada em Faleiros (2000), mostra que há um movimento de mudança curricular que se vincula às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, como aconteceu no pós-guerra, nos anos 60, na crise dos anos 70, no final dos anos 90. Articulação de atores e exigência das condições externa são fundamentais para se entender esse processo.

Pôde-se observar que os currículos anteriores preconizavam mais o ensino e a prática junto a comunidades do que o currículo atual, com ações na política de habitação e centros urbanos, ora por meio da disciplina “Serviço Social de Comunidade”, ora por meio da disciplina “Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade”, o que levou muitos profissionais a atuarem junto ao Movimento Sócio-Comunitário.

Já o atual currículo traz as disciplinas “Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito”; e “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” em consonância às citadas no parágrafo anterior. O caráter das duas disciplinas é de complementaridade e têm como conteúdo os aspectos teóricos e os aspectos diretamente ligados à operacionalização da ação nesses espaços interventivos.

Com base nas ementas de tais disciplinas e como partícipe do processo de aprendizado, é possível afirmar que, em relação à temática deste trabalho, a disciplina “Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” focaliza seus estudos nas categorias teóricas *participação, subjetividade, poder, mobilização, controle social, redes, sujeito social/político/coletivo/histórico, cultura, cidadania, democracia, sociedade civil*, entre outros, se atendo muito a esses conceitos e deixando de aprofundar as análises sobre Movimentos Sociais, ou seja, o que é Movimento Social, o que compõe esse movimento, qual o histórico desse movimento no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis.

A disciplina “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” tem por objetivo a construção de oportunidades para que o aluno se aproprie do aprendizado sobre o trabalho profissional junto aos movimentos sociais e Conselhos de Direito e demais formas organizadas da sociedade civil. Assim, a inserção do aluno junto aos Movimentos Sociais se dá por meio da Unidade Local de Saúde do Bairro Saco Grande através da Rede Docente Assistencial, sendo este um convênio entre Prefeitura Municipal de Florianópolis e UFSC. Nesse sentido, os alunos são encaminhados aos Conselhos Comunitários, Associações de Moradores e Fórum Social do Bairro e Conselhos Local e Municipal da Saúde. Até aqui a proposta de trabalho da disciplina se faz coerente com o objetivo da mesma, porém ela acaba por dar muita ênfase no aprendizado para a elaboração de documentos como diários de campo, relatórios de reunião e ocorrências específicas. Dessa forma, o conhecimento e a operacionalização dos meios e instrumentos técnicos profissionais adequados às singularidades do trabalho profissional em processos políticos organizativos da sociedade civil, junto aos Movimentos Sociais, acabam sendo secundarizados.

Apesar das críticas feitas à estrutura curricular que contemplava as disciplinas Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, fica evidente na fala de um sujeito entrevistado que essa configuração proporcionava uma efetiva prática profissional junto ao Movimento Sócio-Comunitário, principalmente em relação à disciplina de Serviço Social de Grupo, sendo que essa subsidiava alternativas pedagógicas de como trabalhar coletivamente, como exposto na fala que segue:

“[...] uma coisa também que foi suprimida, é a questão do grupo, do trabalho de grupo [...] pode ser que falte mais tempo.”
(Profissional A)

“[...] talvez falte mais qualificação dos professores também, no quadro docente, para alguns conteúdos que na minha opinião tão faltando, que é a parte de grupos, e as alternativas pedagógicas de como trabalhar no coletivo”. (Profissional A)

“Então a gente tinha três fases de serviço social em comunidade. Então tinha todo um processo de método, de trabalho, de organização da comunidade, de aproximação comunitária, de diagnóstico, de planejamento, de avaliação, a gente saía como uma pessoa apta a chegar numa comunidade e trabalhar a organização daquelas pessoas”. (Profissional A)

1.5 Formação Acadêmica e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC

Essas considerações foram feitas para que falemos da formação acadêmica dos profissionais pesquisados, analisando a estrutura curricular. Foram enviados questionários¹² para dezesseis profissionais. Desses, obtivemos onze respostas.

Todos os sujeitos pesquisados realizaram sua graduação na Universidade Federal de Santa Catarina e tiveram a conclusão da graduação acadêmica entre as décadas de 1970 e 1990 como nos mostra o gráfico um, abrangendo assim três diferentes currículos implantados nos últimos vinte e cinco anos no Curso de Serviço Social da UFSC. Porém a maior concentração do período de formação acadêmica, como nos mostra o gráfico dois, se dá no primeiro currículo implantado no curso no período especificado acima.

¹² Ver Apêndice C.

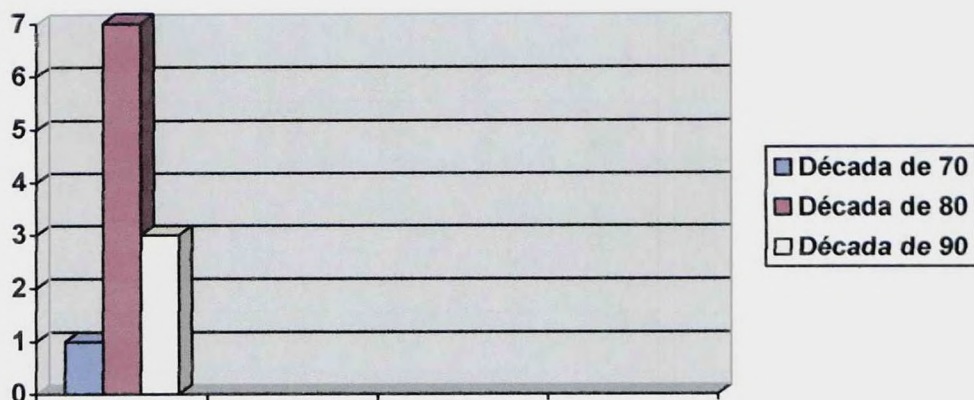


Gráfico 1 – Número de assistentes sociais por período de graduação acadêmica.
Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

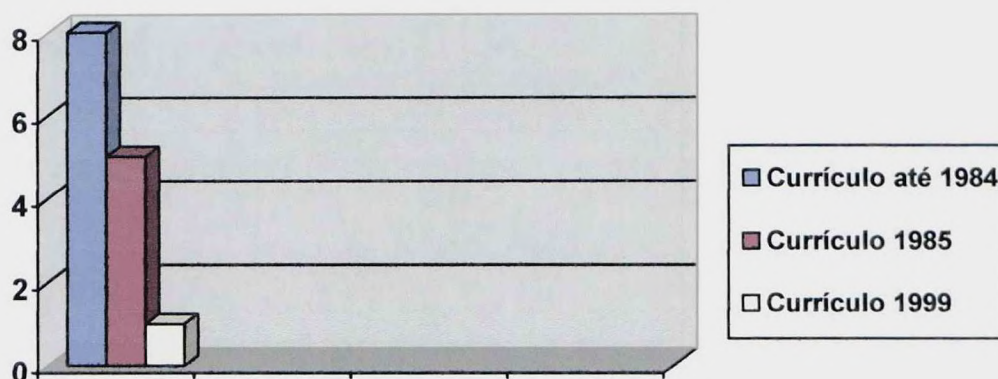


Gráfico 2 – Número de assistentes sociais por tipo de currículo.
Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

Isso nos mostra que a maioria dos profissionais de Serviço Social que desenvolvem ações junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis é fruto dessa estrutura curricular que priorizava o trabalho comunitário, como exposto no item anterior. Portanto, o programa pedagógico influencia, e muito, as futuras ações dos profissionais, ou seja, influencia a área que esse sujeito irá atuar, habilitando-o profissionalmente. Não é apenas esse fator que determinará a área de atuação do futuro profissional. A visão de mundo, a visão de homem que está contido no projeto ético-político profissional desse sujeito, também contribuirá para o tipo de profissional que esse sujeito almeja ser, que tipo de projeto societário esse sujeito vislumbra.

Outro dado levantado com a pesquisa, que se mostra muito importante, é a questão da formação continuada. Aproximadamente, como nos mostra o gráfico três, 91% dos assistentes sociais pesquisados realizaram pós-graduação em diversas áreas, sendo essas do tipo *stricto*

sensu com mestrado e doutorado; e *lato sensu*, o qual se mostrou mais acessível, como exposto no gráfico quatro. A maioria desses na área de Gestão Urbana, Habitação e Desenvolvimento Social.

No entanto, segundo perfil da categoria realizado em 2005 pelo CFESS, essa situação é oposta em relação a categoria como um todo, ou seja, a maioria dos profissionais não tem acesso à pós-graduação.

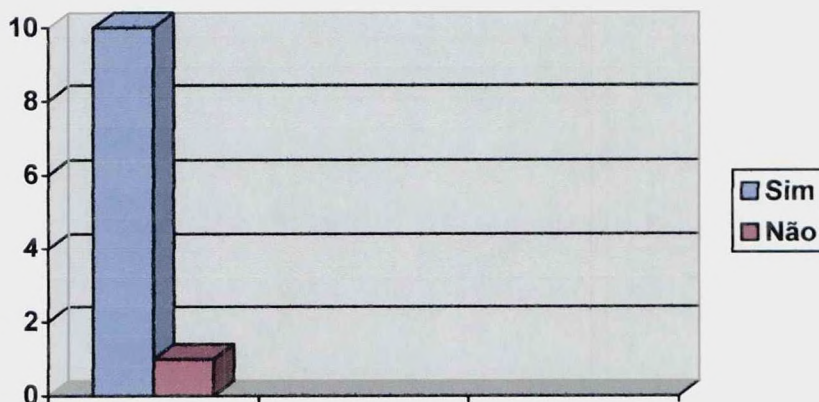


Gráfico 3 – Número de profissionais que realizaram Pós-Graduação.
Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

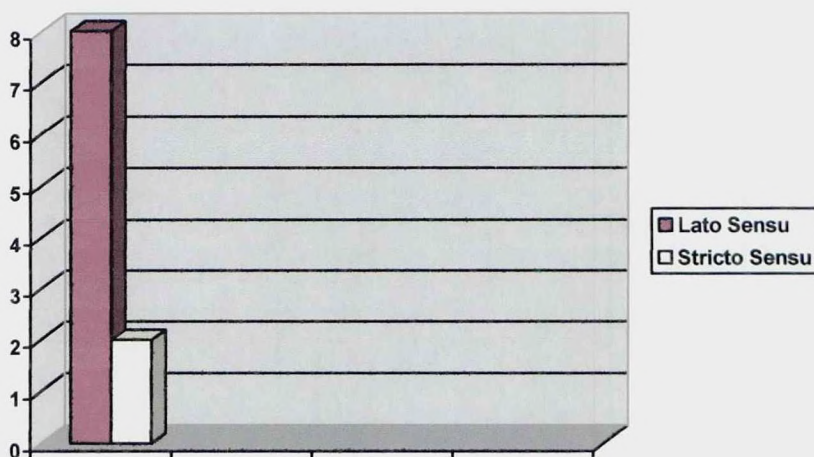


Gráfico 4 – Número de profissionais por tipo de Pós-Graduação.
Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

Constatado que os sujeitos pesquisados realizaram sua graduação na Universidade Federal de Santa Catarina e que foram/são supervisoras de campo, tendo assim contato também com o atual projeto, questionamos se o projeto pedagógico do curso, na visão dos profissionais entrevistados, subsidia a formação para a atuação no âmbito coletivo.

De maneira geral, fica evidente que a intenção do projeto é satisfatória de acordo as perspectivas dos sujeitos entrevistados e que o projeto é interessante, porém sua operacionalização que deixa dúvidas. Alegam também faltar disciplinas que contemplem os processos de trabalho coletivos, ou seja, como trabalhar reuniões, oficinas etc. Isso fica claro na fala que segue abaixo:

“[...] o projeto até ele é interessante, mas como ele tá sendo operacionalizado é que eu tenho dúvidas [...]”. (Profissional A)

“[...] os processos coletivos como trabalhar reuniões, oficinas, aí eu acho que falta mais tempo de hora aula pra esse tipo de conteúdo no currículo, pra como trabalhar coletivamente”. (Profissional A)

Outra questão que aparece fortemente é o estágio obrigatório. Considerado como elemento fundamental para o exercício profissional, alegam pouco tempo para sua realização. Chegam a afirmar que não dá para aceitar o estagiário de uma fase, um semestre, pois é necessário conhecer a área onde vai atuar, para depois iniciar e finalizar um projeto de estágio. Ainda sobre o assunto, reclamam da lacuna existente entre a academia e o campo de estágio, conhecendo apenas superficialmente um o trabalho do outro, como exposto nas falas que seguem:

“[...] não dá pra aceitar o estagiário de uma fase do curricular, uma fase, um semestre, tem que conhecer a instituição, conhecer a área onde ele vai atuar, tem que ter tempo, imagina você iniciar e finalizar um projeto [...]”. (Profissional B)

“[...] eu acho que o certo, o ideal era um pouco como a gente trabalhava, que ir para o campo de estágio tinha que dar continuidade, do começo, meio e fim [...] não é como acontece hoje num estágio de um mês, dois meses, num lugar que tu sequer se apropriou do conhecimento, sequer fez a busca das informações para tu conseguir identificar que espaço de trabalho que eu tô.”. (Profissional C)

“[...] muitas vezes falta uma maior aproximação entre o supervisor e o campo de estágio [...] eu penso que falta mais aproximação do supervisor da universidade com o supervisor de campo e com a instituição [...] muitas vezes, o trabalho institucional, ele acaba sendo levado pra universidade só com a visão do estagiário, do estudante que ainda está em aprendizado, em formação, muitas vezes ele não ta preparado para fazer essa avaliação do todo e passar isso para a academia”. (Profissional D)

O estabelecimento dessa relação entre academia e campo de estágio é essencial e esse modelo ainda não foi alcançado. Essa relação mais elaborada repercute na potencialização dos supervisores de campo como profissionais que se tornam especiais, pois colaboram na formação dos futuros assistentes sociais e crescem profissionalmente nesta dimensão.

A configuração do estágio dividido em dois semestres (7^a e 8^a fases), com a opção do acadêmico concentrá-lo em apenas um, acaba por dificultar a aprendizagem teórico-prática do aluno em compreender, analisar e intervir na realidade. Isso tem se evidenciado nas discussões realizadas na UFSC com professores, acadêmicos e supervisores de campo.

Outra opinião é a de que hoje o currículo está mais generalista e que o profissional se especializa, se qualifica, posteriormente à graduação, na área em que quer atuar. Essa característica generalista oferece ao profissional um amplo leque de conhecimentos para atuar em diferentes áreas, como aparece na fala que segue abaixo:

“[...] hoje eu acho que o curso ta preparando mais, generalista digamos assim, dando oportunidade pra especialidade”. (Profissional B)

Essa característica “generalista” é muito importante e interessante para o aprendizado profissional, pois propicia um conhecimento sobre as diferentes e possíveis áreas em que o profissional pode atuar. Porém, é preciso ficar atento a essa característica, isso porque, ao mesmo tempo que essa generalidade subsidia a atuação em diferentes áreas, pode, simultaneamente, desqualificar uma atuação mais específica, ou seja, não se pode confundir generalidade com superficialidade no tratamento das questões essenciais ao Serviço Social

A falta de informações do todo da sociedade, do embasamento de conjuntura política, foi outra questão levantada pelos profissionais, ou seja, para os entrevistados, o profissional

sai da faculdade sem saber realizar uma análise de conjuntura, não conhecendo a realidade como ela é. Isso fica explícito na fala que segue abaixo:

“[...] a necessidade que precisa de um profissional ser um profissional completo, e não é completo no ponto de vista de que tens que saber outras áreas não, é buscar informações do todo da sociedade, e esse profissional de serviço social sai da faculdade com o mínimo de embasamento, eu digo de conjuntura de política, falta isso”. (Profissional C)

Saber fazer uma análise de conjuntura é condição primordial para atuação profissional do assistente social. É necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo, fazer isso é fazer análise de conjuntura. Mas essa análise é uma tarefa complexa, difícil e que exige, segundo Souza (1986), não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações colhidas.

Outra opinião levantada foi em relação ao aprendizado já no campo de trabalho, ou seja, os ensinamentos na academia não subsidiam suficientemente a atuação na prática. Vejamos a fala que segue abaixo:

“Quando eu me formei e logo em seguida fui pra o trabalho com a comunidade claro que eu senti dificuldades, e assim a realidade é muito mais dinâmica, exigente, é muito diferente do estudo que se tem, e eu digo que a minha grande escola mesmo foi o trabalho na prefeitura e o trabalho nas comunidades [...]”. (Profissional D)

Esse depoimento nos faz pensar que a aprendizagem profissional ultrapassa o espaço acadêmico. A formação continuada e a prática profissional enriquecem e qualificam a atuação do assistente social. O cotidiano, segundo Souza e Azeredo (2004), é o lócus onde o assistente social objetiva suas ações, é o espaço onde ele põe suas capacidades em movimento em função de suas finalidades profissionais. O assistente social se coloca nesse espaço com todas

as suas dimensões de ser inteiro, motivo pelo qual quanto mais ele conhece a sua realidade de trabalho, maior será a sua capacidade de agir diante de tais demandas.

Outra questão levantada foi que a academia está muito distante dos projetos, dos trabalhos junto ao Movimento Sócio-Comunitário, seja através das disciplinas ou da extensão e da pesquisa, como nos mostra a fala a seguir:

“[...] mas eu ainda acho que a universidade continua muito distante desses projetos, desses trabalhos [...]”. (Profissional D)

Na realidade, a academia está distante não somente do Movimento Sócio-Comunitário, mas ela vem se distanciando dos segmentos populares. Como exposto no início desta seção, devido a expansão do neo-liberalismo a Universidade tem perdido seu papel fundamental na sociedade, o qual é a produção do conhecimento e a devolução deste conhecimento para a sociedade de maneira geral, não para determinados segmentos sociais privilegiados. A Universidade tem se fechado e realizado projetos de acordo com os interesses do grande capital. Assim, os projetos voltados para a sociedade visando sua emancipação têm diminuído e em alguns casos desaparecido. O que se percebe é que os investimentos principalmente em relação aos projetos de extensão universitária voltados para os segmentos populares são mínimos. Isso pôde ser verificado a partir da experiência de um ano e meio de estágio, onde nenhum projeto para atuação junto ao Movimento Sócio-Comunitário foi subsidiado pela Universidade.

Com o exposto, podemos verificar que alguns pontos convergem e outros não em relação à opinião que esses profissionais têm sobre o projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC.

Assim, tendo em vista o objetivo deste trabalho, fica evidente que a revisão dos conteúdos das disciplinas que compõe o atual currículo e a avaliação da estrutura curricular, que já está acontecendo, são urgentes. Em especial as disciplinas “Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito”, e “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito”, tema deste trabalho, que devem ser revistas no conjunto do currículo.

2. ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO MOVIMENTO SÓCIO COMUNITÁRIO

Discorrido sobre a formação profissional do assistente social para intervenção no âmbito coletivo na primeira seção, refletiremos aqui sobre o exercício profissional desses sujeitos, contextualizando a profissão e levando em consideração os dados levantados a partir dos questionários aplicados junto a esses sujeitos e as entrevistas semi-estruturadas realizadas com profissionais de relevância no contexto da Cidade, que atuam/atuaram junto ao Movimento Sócio-Comunitário.

A finalidade desta seção, bem como do trabalho em geral, é identificar/analisar a atuação dos Assistentes Sociais junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis; e identificar a que tipos de instituição estão vinculados os profissionais que atuam com o esse Movimento.

2.1 O Serviço Social e o trabalho do Assistente Social

O Serviço Social é reconhecido como um tipo de especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade. Seu exercício profissional está circunscrito no âmbito das relações entre Estado e a sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes. Regulamenta-se como uma profissão liberal, porém não é essa a tradição que se observa do Serviço Social na sociedade brasileira. Assim, “o assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho especializada para entidades empregadoras - o Estado, empresas privadas, entidades filantrópicas e outras organizações em troca de salário” (IAMAMOTO, 1999, p.114).

O Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais participam, enquanto trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou redistribuição da riqueza social.

A profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social são fruto do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, impulsionado pela guerra fria, diante das ameaças comunistas. Esse padrão de desenvolvimento demarca um

largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial. Os anos de 1930, gloriosos do pós-guerra, até meados dos anos 1970, marcaram uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada em uma organização da produção de bases tayloristas e fordistas, enquanto estratégias de organização e gestão do processo de trabalho. O Estado buscava canalizar o fundo público tanto para o financiamento do capital, quanto para a reprodução da força de trabalho, movido pela lógica de que para impulsionar a produção, haveria de ampliar mercados e preservar um certo poder aquisitivo da população.

A crise desse padrão de acumulação e de regulação social eclode em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação. A indústria, os serviços bancários, a maior parte das atividades econômicas de ponta vêm alterando suas formas de organizar a produção, o que alguns qualificam de acumulação flexível. Busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos e uma flexibilidade dos padrões de consumo. Surge o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário.

As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de profundas mudanças nas relações entre Estado e a sociedade civil, exigida pelas políticas de ajuste, tal como recomendadas pelo Consenso de Washington¹³. Verifica-se, por um lado, a satanização do Estado responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade; por outro lado, a exaltação e santificação do mercado e da iniciativa privada.

¹³ A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, foi criada pelo economista inglês John Williamson, em 1989, numa conferência do *Institute for International Economics* (IEE) em Washington. Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. O neoliberalismo prega que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado. Segundo seus defensores, a presença estatal na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento. Fonte: <<http://www.arturbruno.com.br/atualidades/mundo/texto.asp?id=990>>, acesso em 17/01/2008.

Contudo, as condições e relações de trabalho do assistente social, a partir da década de 1990, sofrem impactos diretos do conjunto das transformações operadas nas esferas privada e estatal, que alteram as relações entre o Estado e a sociedade. Segundo Yamamoto (1999), um conjunto de pesquisa sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais, desenvolvidas em várias regiões do país, permite aproximação preliminar ao tema. Constatou-se que o setor público tem sido o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente da esfera estadual seguida da municipal. Consta-se uma clara tendência à municipalização da demanda, o que coloca a necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local. Também a terceirização na contratação de assistentes sociais registra incidência nas cooperativas, fundações e entidades filantrópicas, conselhos tutelares e conselhos municipais, e as instituições através das quais os órgãos públicos contratam.

A seguridade social, apoiada no tripé da saúde, assistência social e previdência, também constitui espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais. A área de saúde lidera a absorção de assistentes sociais, seguida da assistência, previdência, educação social e trabalho.

Entender as alterações nos processos e relações de trabalho em que os assistentes sociais brasileiros encontram-se envolvidos supõe considerar como as transformações societárias antes mencionadas estão incidindo sobre o Estado, as empresas, as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos no campo dos serviços sociais e os movimentos sociais. Profundas transformações incidem sobre a base organizacional do trabalho profissional.

O governo considera que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para tornar-se promotor e regulador desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado. Isso vai se traduzir na generalização da privatização das empresas estatais e na publicização dos serviços de saúde, educação e cultura, tornando possível que o Estado abandone o papel de principal executor direto desses serviços. A publicização, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não-estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como a educação, a saúde, a cultura e a pesquisa.

A descentralização participativa na gestão das políticas públicas cria novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, no nível dos municípios, ampliando possibilidades de trabalho.

Nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais. As ONGs datam da década de 1970, surgindo como uma novidade institucional, distinta dos partidos, sindicatos, da igreja, da universidade e do Estado. Expressam experiência militante a serviço dos movimentos sociais e grupos subalternos. Nos anos 1990, as ONGs adquirem maior visibilidade na mídia e no espaço político. Na maioria das vezes, elas atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como: violência e relações de gênero, criança e adolescente, movimentos urbanos, meio ambiente, questão étnica, tecnologias alternativas na agricultura, sindicalismo rural e pequena produção familiar. Desenvolvem atividades de assessoria, pesquisa e informações, educação popular, campanhas e denúncias, entre outras, em que participam os assistentes sociais ao lado de outros profissionais.

Observa-se a expansão da filantropia empresarial, ou seja, um novo tipo de ação social por parte das denominadas empresas cidadãs ou empresas solidárias, que fazem investimento social em projetos comunitários considerados de interesse público, potencial espaço ocupacional para os assistentes sociais. Segundo Iamamoto (1999), o investimento em dinheiro, tecnologia e mão-de-obra por parte das empresas realiza-se em busca de uma melhor imagem social, de ampliar vendas e conquistar mercado, da preocupação com a própria sobrevivência empresarial, com a vantagem de usufruírem dos estímulos oferecidos pelo incentivo fiscal sobre o lucro operacional.

Outra área que tem crescido enquanto espaço ocupacional dos assistentes sociais desde a década de 1990 é a de Recursos Humanos. Esses têm sido chamados a atuar em programas de qualidade de vida no trabalho, saúde do trabalhador, gestão de recursos humanos, prevenção de riscos sociais, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social, sindicalismo de empresa, administração de benefícios estruturados segundo padrões meritocráticos, elaboração e acompanhamento de orçamentos sociais, entre outros.

No geral, o assistente social atua nos processos relacionados à reprodução social da vida, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem a população e, sobretudo, os setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando melhorar essas condições, sob múltiplos aspectos. A intervenção profissional leva em consideração relações de classe, gênero, etnia, aspirações religiosas e culturais, além de componentes de ordem afetiva e emocional. O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida dos usuários; em seu acesso a políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu

modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organismo; em suas práticas de resistência (YAZBEK, 2006).

O Serviço Social como profissão intervém no âmbito das políticas sócio-assistenciais, na esfera pública ou privada, desenvolvendo tanto atividades que envolvem abordagem direta com a população (entrevistas, atendimento de plantão social, visita domiciliar, orientações, encaminhamentos, reuniões, trabalho com indivíduos, famílias, grupos, comunidades, ações de educação e organização popular, etc.), como trabalhos de pesquisa, administração, planejamento, supervisão, consultoria e gestão de programas sociais (YAZBEK, 2006).

Feito um breve resgate da profissão de Serviço Social e do trabalho do assistente social, a seguir, discutiremos sobre a atuação profissional dos sujeitos pesquisados em sua relação com o Movimento Sócio-Comunitário.

2.2 Elementos da atuação do Assistente Social junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis

Neste item relataremos como se deu a inserção/atuação dos assistentes sociais junto ao movimento sócio-comunitário de Florianópolis; bem como ações/projetos desenvolvidos por esses profissionais junto a esse movimento; os instrumentos técnico-operativos mais utilizados para a realização dessas ações; e os conhecimentos necessários para a atuação junto a esse segmento.

Sendo um dos objetivos desta seção, bem como deste trabalho, identificar a quais instituições os assistentes sociais que atuam junto ao movimento sócio-comunitário estão vinculados, aplicamos o questionário junto a esses profissionais no qual continha esta questão. O objetivo era saber se o profissional atua de forma direta ou não junto a este segmento, e se a atuação ocorre por meio de relação de trabalho ou militância. Como explicitado na seção anterior, atuação direta significa dizer que o profissional é contratado diretamente pela organização comunitária, não desenvolvendo assim, suas ações por meio de outras instituições.

Nesse sentido, todos os profissionais pesquisados possuem vínculo de trabalho empregatício, sendo a maioria, 75% com vínculo efetivo; aproximadamente 16% celetista; e 8% contratual; como exposto no gráfico cinco.

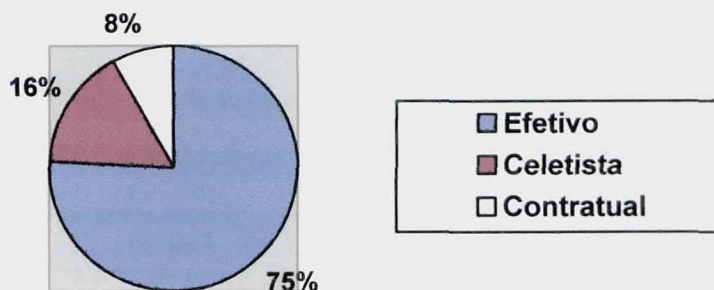


Gráfico 5 – Percentual de assistente social por vínculo de trabalho
 Fonte: Questionários perfil assistentes sociais

O tempo de atuação profissional desses sujeitos varia entre 1 ano e 6 meses a 27 anos de trabalho na mesma instituição, como nos mostra o gráfico seis. Estas Instituições/Organizações se constituem na sua maioria em órgãos públicos. Há também, profissionais vinculados a instituições privadas e organizações não governamentais, como exposto no gráfico sete.

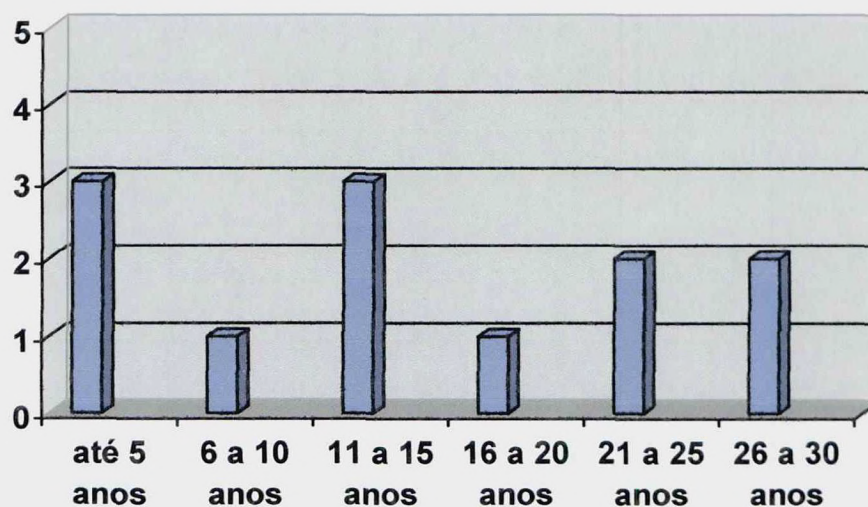


Gráfico 6- Número de profissionais por tempo de atuação.
 Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

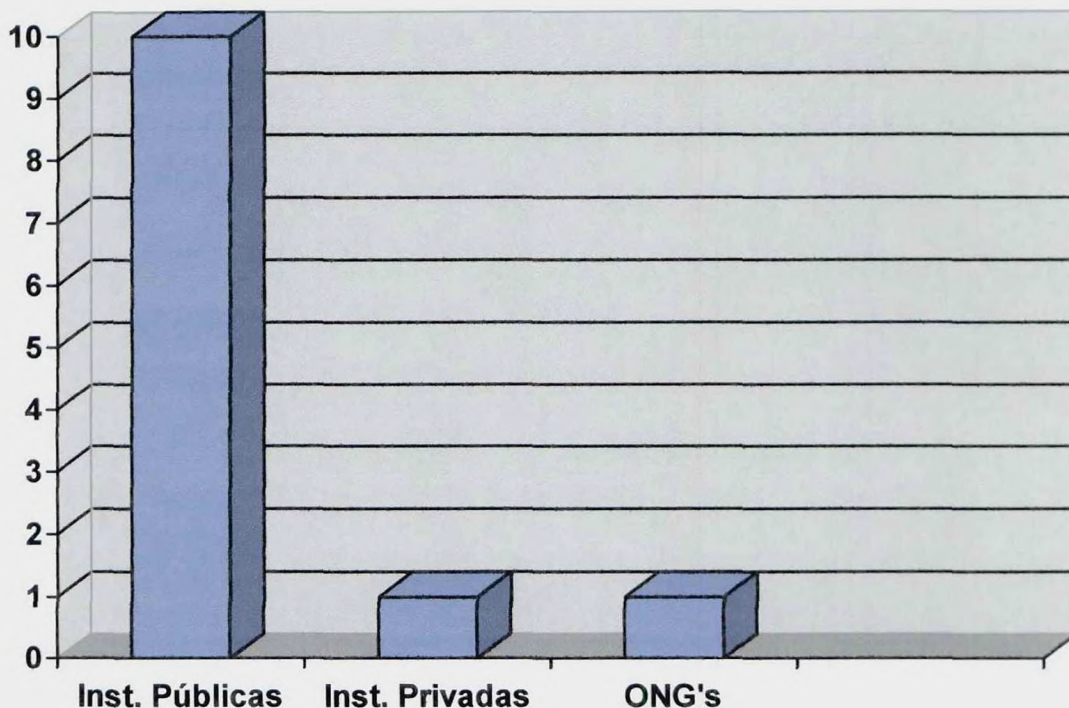


Gráfico 7– Número de profissionais por tipo de instituições.
 Fonte: Questionários perfil assistentes sociais.

Dos profissionais pesquisados, com exceção de duas profissionais que atuam como militantes, todos trabalham de forma indireta com o Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis, ou seja, desenvolvem suas ações por meio das instituições as quais estão vinculados profissionalmente.

Dessa forma, muitas das ações desenvolvidas por esses profissionais junto ao movimento se dão por meio da Prefeitura Municipal de Florianópolis - Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental; Conselho Municipal de Assistência Social; Secretaria de Desenvolvimento Social - sendo que o vínculo de trabalho desses profissionais continua o mesmo, ou seja, efetivo ou celetista. As organizações comunitárias as quais esses profissionais atuam são as mais diversas, mas sempre Associações de Moradores, Conselhos Comunitários e/ou fóruns sociais nos bairros os quais a Prefeitura intervém. Sendo assim, essa atuação se dá de forma remunerada.

Outro número significativo, num universo total reduzido, de profissionais que atuam junto ao Movimento Comunitário são os ligados a Universidade Federal de Santa Catarina. Portanto, seus vínculos de trabalho também se configuram como efetivos, apesar de um profissional ter qualificado essa atuação como “militância”, pois dispensam suas horas de trabalho para desenvolverem os projetos de extensão. Segundo Bravo e Souza (2002), os

profissionais que desenvolvem ações de assessoria junto aos Movimentos Comunitários estão, na sua maioria, vinculados à Universidade por meio de projetos de pesquisa e extensão, tornando público o conhecimento socialmente produzido e acumulado acerca do debate do controle social e da descentralização.

Vale lembrar que todos os dados expostos nesse item foram levantados a partir de um questionário aplicado aos diversos profissionais ligados ao movimento sócio-comunitário de Florianópolis. Desses, realizamos entrevistas semi-estruturadas¹⁴ com quatro profissionais, os quais foram selecionados pela relevância no movimento, como explicado inicialmente¹⁵. Os critérios e condições dessa “relevância” foram: tempo de atuação do profissional no Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis; diferentes instituições a que vinculam suas ações junto ao Movimento (ONG, Prefeitura, Universidade e Militância); e diferentes currículos que realizaram a graduação. Alguns desses dados foram observados durante a experiência de estágio no NESSOP.

2.2.1 Inserção do Assistente Social no Movimento Sócio –Comunitário

A inserção/atuação destes profissionais no movimento, na maioria das vezes, tem início já na Universidade, com a realização do estágio curricular ou até mesmo com algumas disciplinas, como nos mostram as falas a seguir:

“[...] quando foi pra fazer o estágio obrigatório, naquela época a gente fazia estágio na 4ª, 5ª, 6ª e 7ª fase, e eu fiz também nessa área comunitária [...]”. (Profissional A)

“Na verdade eu entendo que ela já começou na Universidade quando eu optei por fazer o estágio também no NESSOP [...] em comunidades de periferia [...]”.(Profissional B)

¹⁴ Ver Apêndice B.

¹⁵ Nesse sentido, foi realizada entrevista junto a uma profissional da área que atuou junto a este segmento por cerca de trinta anos, através da Universidade e da Prefeitura, e que agora atua como militante. Porém, a entrevista acabou sendo mais um resgate histórico, e assim não utilizaremos os dados neste trabalho, mas em outro momento da pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo junto ao NESSOP, como explicado no início deste trabalho.

Outras formas de inserção/atuação se deram anteriormente à realização da graduação com a atuação vinculada aos movimentos pastorais da Igreja, ou com a entrada no campo de trabalho, explicitados nas falas que seguem abaixo:

“Eu já tinha uma militância na igreja vinculada aos movimentos pastorais. Aí depois disso, quando eu fui pra faculdade, depois de algum tempo, em 1998, eu me inseri no NESSOP”. (Profissional C)

“[...] quando eu me formei, eu logo fui contratada pela Prefeitura e comecei a atuar junto aos conselhos comunitários no interior da Ilha [...]”. (Profissional D)

Todas essas falas nos levam a refletir sobre o papel do Curso de Serviço Social da UFSC na formação desses profissionais, ou seja, o Curso, através da sua grade curricular, do seu projeto pedagógico, particularmente o estágio, contribui e dá a direção para a possível atuação do profissional a ser graduado, sempre de acordo com a conjuntura política, econômica e social da época.

Apesar das diferentes direções de áreas de atuação profissional - criança e adolescente, saúde, entre outros - que o Curso proporciona, parece-nos que os currículos anteriores estimulavam mais o trabalho comunitário do que o currículo atual, como exposto na primeira seção, sendo que todos os profissionais pesquisados realizaram sua graduação nesses currículos onde o estágio e as disciplinas estavam voltados para essa direção. Isso não quer dizer que esse número era maior do que em outras áreas, mesmo porque este não é o objetivo deste trabalho, mas quer dizer que as opções político-pedagógicas anteriores direcionavam mais o trabalho com o Movimento Sócio-Comunitário do que o atual.

Outra dado que comprova isso é a relação núcleo x estágio. O Núcleo de Estudos do DSS/UFSC é produto de uma idéia pedagógica pensada em 1991 e compreendida como uma tentativa de inovação pedagógica na formação profissional do assistente social. Assim, esse se mostrava e ainda se mostra um excelente campo de estágio, à medida que possibilita um acompanhamento diferenciado por parte do professor supervisor – também pesquisador – integrando-se aí um leque de interesses temáticos referentes ao projeto em pauta¹⁶. Nota-se, a

¹⁶ Estágio supervisionado em serviço social: documentação e orientação. 2. ed. Florianópolis, 1996.

partir de pesquisa realizada pela coordenadoria de estágio – DSS/UFSC¹⁷ que o número de estágios desenvolvidos no Núcleo que estuda a temática do trabalho (NESSOP), era bem maior do que o número atual. Isso pode ser justificado pela reorientação do projeto pedagógico do curso para outras áreas, ocasionando assim um esvaziamento de docentes¹⁸ em participar desse Núcleo e como consequência disso a falta de vagas de estágio; ou até mesmo a falta de procura de estágio na área, o que não pode ser analisado de forma isolada, já que há outras variáveis que perpassam a problemática do estágio, não só no Curso de Serviço Social da UFSC, mas nacionalmente de uma forma geral.

Uma outra questão muito importante para o processo de formação profissional verificada a partir das falas dos entrevistados e que está ligada ao Curso de Serviço Social da UFSC, é a importância dos Núcleos de Estudos e Pesquisas vinculados ao Departamento de Serviço Social, mais especificamente o NESSOP.

O Núcleo de Estudos do Departamento de Serviço Social é um instrumento pedagógico que compõe a estrutura de formação profissional do acadêmico de Serviço Social. Trata-se do estabelecimento de um espaço de aprendizado efetuado através de debates, estudos e reflexões mais amplas e gerais do que aquelas realizadas em sala de aula. Esse espaço privilegia a dimensão analítica do Serviço Social na realidade complexa e heterogênea dos campos de Estágio, recortes da realidade econômica, social e política do município, do estado e do país. Trata-se de uma modalidade pedagógica que, ao tempo que oportuniza a articulação das pesquisas, do ensino – particularmente, no caso do estágio - e das atividades – projetos de extensão em diversificadas áreas, possibilita a inserção da Universidade, através do DSS, nas mobilizações e movimentos mais gerais da sociedade¹⁹.

No período em que o projeto pedagógico do curso era voltado para esta atuação mais comunitária, o Núcleo teve seu papel fundamental no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem. Nos últimos anos, o NESSOP como espaço de aprendizagem parece estar sendo secundarizado por parte do DSS/UFSC, principalmente a partir da desvincuaçã da disciplina “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” do Núcleo. O interessante seria o Departamento de Serviço Social em conjunto com professores e alunos recuperar este espaço tão rico, sendo esse também um espaço de protagonismo da sociedade civil organizada, através de seus projetos de extensão de formação

¹⁷ Avaliação e Planejamento da Coordenadoria de Estágios do DSS-UFSC, 1997.

¹⁸ Em 2006 o NESSOP contou com o ingresso de quatro professores do quadro efetivo. Anteriormente a isso contava com apenas uma professora do quadro efetivo, uma assistente social da UFSC e uma professora aposentada que estava particularmente comprometida com o Movimento Sócio-Comunitário e a formação profissional.

de gestores sócio-comunitários, Fórum da Cidade, entre outros. Nesse sentido, inclusive, recoloca a Universidade em seu importante papel social na produção e disseminação de conhecimentos e de serviços.

2.2.2 Ações desenvolvidas: a assessoria ao Movimento Sócio-Comunitário

As ações e projetos realizados por esses profissionais são os mais variados possíveis e mudam de acordo com as instituições à que prestam serviços e ao projeto político profissional de cada sujeito. “A direção [dessa atuação] é expressa pelo projeto que se tem em vista e se pretende que seja realizado (SARMENTO, 2005, p. 16)”. Assim, podemos destacar dentre as ações/projetos citados pelos profissionais pesquisados a orientação; plano de desenvolvimento comunitário; mobilização visando à participação e o controle social; organização comunitária; elaboração do perfil sócio-econômico de áreas de interesse social; e ações de urbanização como o Programa Habitar Brasil do Governo Federal, sendo esse desenvolvido por profissionais ligados à Prefeitura. Outra ação que aparece, apenas de um profissional, é o acompanhamento de grupos de crianças e adolescentes. Toda essa diversidade de ações/projetos está exposta nas falas a seguir:

“Então, desde a questão de estimular a ir pro Conselho Local de Saúde pra reclamar que não tem dentista [...] qual é a política que a Prefeitura vai ter com esse conjunto habitacional [...] primeiro tem que mudar internamente pra ter força pra reivindicar, e depois procurar o ambiente, o espaço de reivindicação. E depois de reivindicado, um espaço pra controlar, que é o espaço controle”. (Profissional B)

“Seria esse trabalho com as associações, com os conselhos, com grupos e depois com as associações de moradores das áreas de ocupação pra discutir projetos de urbanização”. (Profissional D)

¹⁹Estágio supervisionado em serviço social: documentação e orientação. 2. ed. Florianópolis, 1996.

“Mais recentemente, já na década de 1990, surgiu o programa Habitar Brasil, que previa a construção de conjuntos habitacionais, ações de habitação [...]”. (Profissional D)

“E teve ainda, várias ações que também participamos, na elaboração do perfil sócio-econômico de áreas de interesse social do município [...]”. (Profissional D)

Esses depoimentos reafirmam a idéia de que as ações/projetos realizados pelos profissionais de Serviço Social no Movimento Sócio-Comunitário mudam de acordo com as demandas institucionais, mas também pela direção ético-política profissional e com a formação acadêmica. Assim, é de suma importância o projeto político pedagógico o qual estão sendo graduados, pois é ele que vai fundamentar a prática profissional desses sujeitos, habilitando ou não o assistente social para atuação junto aos movimentos populares.

Porém, fica evidente com a pesquisa, que as ações/projetos citados anteriormente perpassam a assessoria, como nos mostram as falas a seguir:

“[...] como o nosso trabalho é comunitário, o profissional tá lá na assessoria, orientação [...] então, todos esses trabalhos foram de assessoria às intervenções que foram propostas por eles [...]”. (Profissional C)

“[...] nesse momento o profissional que trabalha no movimento comunitário tem que ser um esclarecedor, ele é sujeito é, ele participa sim, só que enquanto assessoria que é o meu trabalho, ele é um esclarecedor [...]”. (Profissional C)

“[...] aproximação com as lideranças, discussão, diagnóstico do potencial produtivo dos moradores [...] cursos de qualificação e ao mesmo tempo ajudava a organizar as cooperativas, os grupos de produção [...] construção do perfil sócio-econômico dessas comunidades”. (Profissional A)

Assim, dentre as competências do assistente social dispostas na Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, destaca-se o artigo 4º, parágrafo IX, onde se constitui como tal a prestação de

assessoria e apoio aos Movimentos Sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

A expressão que assume esses movimentos no cenário social, quer pelas formas de mobilização e organização, quer pelo enfrentamento que fazem ao aparato estatal, obrigando o Estado a criar novas respostas às suas necessidades, ou ainda, teia de novas relações que desencadeiam, repercutiu intensamente no interior das faculdades de Serviço Social, na formação ministrada ao assistente social e, portanto, na configuração que assume a prática deste profissional na sociedade, seja no interior do aparato institucional, seja nas relações que estabelecem com a população, alvo das políticas sociais desses organismos (RAICHELIS; ROSA, 1985).

No espaço sócio-comunitário, a assessoria que o profissional realiza junto a este segmento se dá de forma a priorizar o reforço do poder local e a ampliar os canais de participação da população na formulação, fiscalização e gestão das políticas públicas. A importância do trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais nesse campo decorre do seu comprometimento com o avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle social, com a universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso a serviços e a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos, como princípios do projeto ético-político profissional (ALVES, 2004; IAMAMOTO, 2002).

A participação é o objetivo primordial da atuação do assistente social junto ao Movimento Sócio-Comunitário. Ele é o profissional que instrumentaliza e dinamiza o processo participativo de acordo com o potencial político dos sujeitos envolvidos nesse processo, viabilizando necessidades imediatas e, a médio e longo prazo, a possibilidade de construir um novo padrão de sociabilidade entre os sujeitos. Isso fica claro nas falas que seguem abaixo:

“[...] nós entendemos que a participação ela deve se dar nos vários níveis desde as discussão do projeto, porque se tu vai desenvolver o projeto, uma ação, que vai interferir na dinâmica daquela comunidade, vai mexer com o cotidiano das pessoas, das famílias, então claro que isso tem que ser amplamente discutido e debatido com a própria comunidade”. (Profissional D)

“[...] conseguir tornar os projetos o mais participativo possível e o acompanhamento também da comunidade de todas essas etapas [...]”. (Profissional D)

Nesse contexto, segundo Iamamoto (1998), o assistente social pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública a partir de uma concepção de gestão que reconhece uma arena de interesses a serem negociados.

Além disso, busca-se construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades. Com a parceria de inúmeros atores e segmentos que integram o Movimento Sócio-Comunitário, numa mobilização democrática permanente, é possível dar concretude à defesa do princípio da universalização das políticas sociais e da garantia do controle social, cujos fins maiores são a equidade e a justiça social.

Nessa direção, o profissional desenvolve ações de assessoria e mobilização. A assessoria e a mobilização, segundo Alves (2004), são ações que os assistentes sociais há muito tempo desenvolvem nos diferentes espaços públicos de participação no Brasil. Essas ações foram desenvolvidas nos momentos em que o profissional atuou com a proposta de desenvolvimento de comunidade²⁰ e no processo de organização popular junto aos movimentos urbanos das décadas de 1970 e 1980.

A assessoria como proposta viabilizadora do projeto profissional, segundo Silva & Silva (et al, 2002), consiste em contribuir efetivamente na organização da população e sua instrumentalização/capacitação, para que ela se converta em agente de seu próprio desenvolvimento. A ação acontece no sentido de identificar e propor alternativas e possibilidades concretas de enfrentamento às questões no cotidiano da luta por direitos e melhoria da qualidade de vida daquela população. Visa também resgatar e trabalhar os limites da ação, produzir e/ou socializar informações e análises, tendo em vista o encaminhamento de soluções que viabilizam o atendimento de suas demandas, bem como o seu fortalecimento como classe organizada.

²⁰ “O Desenvolvimento de Comunidade defini-se como um componente estratégico do processo de desenvolvimento, em virtude de promover a integração da participação organizada da população, nos momentos de decisão e de execução de diretrizes, objetivos, metas e programas de ação [...] É, pois objetivo do Desenvolvimento de Comunidade conseguir que a população se comporte como sujeito reflexivo e ativo, capaz

A proximidade empírica e teórico-analítica de que o assistente social dispõe quanto às diversas faces da questão social permite que ele usufrua de um acervo privilegiado de dados sobre o movimento da realidade social a ser utilizado na sua ação em assessoria. Isso não quer dizer que a assessoria exima o profissional de realizar investigações sobre a questão trabalhada. Pelo contrário, muitas vezes vai exigir que ele complemente conhecimentos sobre a temática trabalhada. (IAMAMOTO, 1998; VASCONCELOS, 1998)

Na assessoria, é necessário que interesses e objetivos recíprocos sejam explicitados a partir de uma avaliação das possibilidades e limites da ação. Essa é uma estratégia inicial que, segundo Vasconcelos (1998), permite que o assessor mantenha um contato sistemático, contínuo de longa duração com o espaço e os sujeitos com que vai atuar. Além disso, é preciso que o profissional conheça esses sujeitos e explicita o complexo conjunto de dificuldades que permeiam suas solicitações e que reflita sobre a realidade do objeto de sua ação para que possa planejá-la e realizá-la, adequando-a as perspectivas da autonomia e participação.

A assessoria pode ser efetivada cotidianamente ou mais pontualmente, por meio das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas junto com a população local, além dos fóruns de discussão. É efetivada de acordo com a demanda e o tipo de assessoria proposta.

Assim, o profissional de Serviço Social intervém como agente promotor de um processo de reflexão e análise sobre diferentes situações ocorridas no cotidiano. Nessa proposta, estudos afirmam que o assistente social trabalha com a organização da documentação das Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Fóruns Sociais, entre outros; organização de plenárias; elaboração de cartilhas sobre legislação, e outros; realização de oficinas; produção de boletim informativo; elaboração de planos e projetos com propostas de participação popular; realização de reuniões periódicas; realização de cursos de capacitação de lideranças comunitárias; realização do perfil de moradores e lideranças comunitárias; diagnóstico da realidade; e o incentivo à realização e participação no orçamento participativo (BRAVO e SOUZA, 2002; COUTO, 1999), vindo ao encontro da realidade dos profissionais que atuam no Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis.

De acordo com Couto (1999) a realização de tais ações implica que o profissional de Serviço Social conheça profundamente as legislações, bem como compreenda a dinâmica da realidade e os movimentos da sociedade para enfrentar os limites impostos como desafio

profissional nesses espaços, não esquecendo que o objetivo do trabalho é democratizar os espaços coletivos e criar condições para a disputa entre os projetos de políticas públicas.

Para que haja participação, a mobilização é a ação inicial de um processo participativo. Caracteriza-se por ser o primeiro passo de toda ação essencialmente política e coletiva, é o alerta, o despertar para uma tomada de posição no contexto social, a etapa inicial do processo de engajamento político.

A mobilização é o momento em que a população, através da consciência de seu poder de união, adquire forças para manter-se solidária entre si frente à determinada questão social. Para Krug (1984), a mobilização popular ocorre no sentido de apoio a determinadas reivindicações, construção de pressão para obtenção de concessões sócio-econômicas, ou mesmo a formação de partidos políticos, onde a massa se encontre com uma liderança geralmente carismática.

Para Martins (2002), a mobilização é um processo de grande relevância no trabalho com os Movimentos Sociais e se define como sensibilização, desejo e motivação à uma participação qualificada. Ao tornar os sujeitos conscientes, a mobilização possui fundamentalmente importância no processo de construção e reconstrução sociopolítica.

Assim, é possível verificar que o conceito de mobilização contém implícito outros conceitos, que revelam como sua utilização está relacionada principalmente às idéias de reivindicações, pressão, conquista, expressas com a movimentação e união da população no sentido de atentar, agir e participar sobre determinada questão.

Dessa forma, podemos afirmar que a mobilização é o processo de motivação e organização dos sujeitos em direção à participação revelado na sua movimentação e engajamento em torno de embates e ações de seu interesse a serem desenvolvidas. Usando os termos de Heller, Müller (1997), afirma que a mobilização de pessoas ou grupos em torno de um problema decorrente da insatisfação de necessidades – como falta de moradia, educação, saneamento básico, saúde, etc. – requer um processo de transformação que vai do carecimento como ausência ao carecimento como projeto.

Nessa direção, o profissional que atua junto ao Movimento Sócio-Comunitário faz o papel de agente mobilizador, participando com outros sujeitos em processos que contribuam para que a população apreenda a totalidade de suas condições objetivas de vida e se posicionem no enfrentamento de questões juntamente com a construção de novas relações na sociedade. Com base no conhecimento da realidade e no conhecimento de necessidades a serem satisfeitas, ele trabalha com a população objetivando alcançar a transformação da realidade, estabelecendo espaços de diálogo, de encontro e de circulação de uma agenda

social, criando e montando estratégias de aproximação entre diferentes organizações, em que seja possível constituir sujeitos coletivos capazes de efetivar uma participação qualificada. É em meio à percepção da possibilidade de inovação, de novas conquistas, que se acirra o processo participatório dos sujeitos envolvidos (MARTINS, 2002).

Em cada sociedade, o processo de mobilização possui características específicas. A mobilização, segundo Alves (2004), é componente do movimento social, da história, da cidade, da sociedade, variando em sentido e intensidade em cada período, natureza e segmento social. Em Florianópolis esse processo não é diferente. Aqui a mobilização, assim como em outras realidades, é dificultada pelos interesses individuais, os quais em alguns momentos se sobrepõem aos coletivos e muito da questão partidária, o que por muitas vezes acaba interferindo no processo de mobilização, o que pode ser verificado nas falas que seguem:

“[...] um curral eleitoral de muito tempo, a história prova isso da região, grande parte das lideranças e do movimento por muito tempo não tão a frente porque chega em época de eleição todo mundo corre porque tem outros interesses que não são os coletivos, porque os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos, prova disso, inclusive depoimento da própria comunidade, das próprias lideranças [...]”. (Profissional B)

“[...] essa questão de interesse político que usa as lideranças como ponta de lança, é um outro desafio muito sério [...]”. (Profissional B)

A construção coletiva de estratégias de ampliação e enfrentamento dos limites impostos hoje à mobilização social é uma tarefa importante no processo de trabalho do assistente social. Esse contribui para a democratização das relações sociais, ao socializar informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizar o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferir na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informação a indivíduos sociais para que possam lutar pela alteração dos rumos da vida em sociedade e nesta interferir (IAMAMOTO, 1998). Sendo que, para que esse processo ocorra é essencial a participação e que para tanto o assistente social recorre à mobilização social.

Outra condicionante da atuação do assistente social junto ao Movimento Sócio-Comunitário é a dependência institucional que os profissionais têm para efetuar seus projetos/ações junto a este segmento. Dependência essa de recursos financeiros e humanos. A exemplo de outras áreas, não poderia ser diferente. Isso explica o número reduzido de profissionais que atuam nesta área, embora a demanda pelos serviços seja reafirmada pelas organizações que compõem o Movimento Sócio-Comunitário. Essa questão aparece na fala a seguir:

“A questão dos recursos pro trabalho com o movimento comunitário, meu Deus, é um desafio terrível, você até consegue as vezes recursos em projetos mas são pra áreas muito específicas, pra trabalhar conseqüências e não tentar trabalhar a causa, de repente a causa tem em vista uma mudança do processo todo”. (Profissional B)

“[...] falta de recursos, muitas vezes a morosidade entre uma administração e outra [...]”. (Profissional D)

Embora regulamentado como profissão liberal, o assistente social depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e contrata. A condição de trabalhador especializado não só caracteriza o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, como cria essa dependência sócio-institucional. Segundo Granemann (1999), o caráter e a natureza (privadas ou públicas) das instituições as quais os assistentes sociais estão vinculados, são determinações fundamentais para a compreensão dos contornos e das potencialidades reais, das demandas e respostas possíveis que os assistentes sociais devem dar conta.

Outro ponto a ser colocado é que as diferentes visões políticas de quem assume a gestão de órgãos públicos, e a burocracia e procedimentos enfrentados pelos assistentes sociais, acabam por muitas vezes, dificultando todo esse processo, como nos mostram as falas a seguir:

“[...] o poder público por sua vez tem os aspectos administrativos e burocráticos, e pela diversidade de problemas que tem no município, pela visão dos gestores também, que muitas vezes não tem essa visão da participação comunitária, de

que a comunidade não tem entendimento da importância da participação da população na definição dos projetos e dos programas e isso dificulta a atuação do profissional, é um grande nó [...]". (Profissional D)

“Então tem gestões que são mais fechadas, então nós tivemos modelo de gestão contrário ao processo de participação comunitária ou modelos de gestão que entendem a participação como simples adesão, aceitar ou não aceitar os projetos”. (Profissional D)

Constata-se que toda essa compreensão pode levar a uma atuação reiterativa, pragmática e aprisionada pela rotina e pela burocracia das instituições prestadoras de serviços sociais, o que contribui para desqualificar a ação profissional do assistente social. Além disso, as instituições geralmente são vistas como tendo vida própria, nega-se sua criação humana, a instituição é coisificada. Corre-se o risco de não buscarmos a alteração dessa realidade, de nos adaptarmos a elas e procurarmos cumprir papéis já estabelecidos. Tal compreensão justifica atitudes como: “eu não queria fazer, mas tive que fazer, porque a Instituição exige”. Acabar com essa idéia é uma luta que vem sendo travada há tempo no Serviço Social.

Para a realização das ações explicitadas anteriormente, os instrumentos técnico-operativos utilizados por estes profissionais diferem de acordo com os objetivos e as ações desenvolvidas nessa área. Os instrumentos técnico-operativos são entendidos aqui como os que efetivam a transformação no objeto, constituem-se como o corpo de conhecimentos imediatamente ligado à dimensão operativa propriamente dita da profissão.

Ao desempenhar atividades em diferentes espaços, o arsenal de instrumentos não poderá ser o mesmo para todo e qualquer tipo de trabalho. O arsenal operativo tem que ser executado tendo um *como* e um *porquê*, ou seja, há uma intencionalidade no uso da técnica, uma conseqüência nas escolhas. A técnica está conectada a uma teleologia, isto é a uma finalidade.

Nesse sentido, os instrumentos mais citados pelos sujeitos entrevistados foram reuniões, assembléias, oficinas, relatórios, projetos escritos, avaliação, documentação, contatos com lideranças e moradores via correio eletrônico e telefonemas, perfis sócio-econômicos e diagnósticos das áreas trabalhadas, como aparece nas falas que seguem abaixo:

“O que eu mais utilizei foi reunião [...] praticamente todo trabalho era reunião, reunião e tudo que se precisava pra fazer a reunião, assim os contatos por e-mail, os telefonemas [...]”.
(Profissional A)

“Fora isso, também os relatórios [...] os projetos, relatórios, e avaliação”. (Profissional A)

“[...] é basicamente aquilo que a gente conhece, as reuniões [...]”. (Profissional B)

“[...] primeiro articulação, a gente precisa fazer articulação com as comunidades. Aí assim, tem que fazer telefonemas mesmo, fazer cartinha lembrando as datas das reuniões, ligando para ta avisando”. (Profissional C)

“[...] as assembléias, as reuniões, contatos, entrevistas [...] relatórios, perfis das áreas [...]”. (Profissional D)

Outros instrumentos são citados, porém em menor incidência como as visitas nas entidades comunitárias, articulação com as comunidades, palestras interativas, dinâmicas de grupo, coletas de dados, construção e garantia da participação, mobilização comunitária. Todos esses instrumentos podem ser verificados nas falas que seguem abaixo:

“Algumas dinâmicas de grupo [...] pra ajudar no processo pedagógico [...]”. (Profissional A)

“Então é isso, são as reuniões, as dinâmicas, a documentação de apoio, e tudo o que tem a ver com a coleta de dados, os instrumentos de coletas de dados também”.
(Profissional A)

“[...] os instrumentos tudo aquilo que nos proporciona possibilidade de matéria efetiva [...] o movimento comunitário exige tudo assim, desde você utilizar de artigos que estão na mídia, visitas nas entidades [...] acompanhar algumas ações que

são específicas das entidades [...] ir atrás de informações, trazer as informações pra dentro da entidade [...]”. (Profissional B)

“[...] as visitas domiciliares, as visitas às lideranças, visita institucional nas entidades comunitárias, as próprias reuniões, a criação dessa rede, de um colegiado de entidades”.(Profissional B)

“[...] algumas vezes palestras interativas, as discussões [...] seminários internos [...]”. (Profissional D)

Segundo Sarmiento (2005), a relação entre o homem e a natureza deixa de ser direta e imediata a partir dos instrumentos. “O aparecimento de instrumentos mais aperfeiçoados modifica o tipo de relação entre o homem e a natureza e nesse sentido, é um índice revelador do desenvolvimento de sua força de trabalho e de seu domínio sobre a natureza” (p. 10). Ainda segundo o mesmo autor, “na prática profissional do assistente social, a sua relação com o objeto é intermediada por um instrumento, o que o torna um potencializador de força, de determinada forma, em uma dada direção (p. 15)”. E continua, “o instrumento [...] é sempre utilizado intencionalmente (p.16)”.

Podemos verificar, a partir da literatura e das falas dos entrevistados que os instrumentais técnico-operativos utilizados pelo Serviço Social nessa área são os mais diversos possíveis. Os profissionais entrevistados entendem e interpretam esses instrumentos de forma diferenciada, sendo que por muitas vezes tem um entendimento equivocado sobre o tema, confundindo, em alguns casos, objetivo com instrumento, podendo ser observado na fala a seguir:

“Participação como instrumento básico com o trabalho comunitário. Se tu não construir essa participação e garantir que essa participação aconteça, não do ponto de vista de estarem só presentes nas reuniões, mas como sujeito do processo, como protagonista do processo”. (Profissional C)

Entende-se que a participação é objetivo da atuação do assistente social junto ao Movimento Sócio-Comunitário e não um instrumento da intervenção. Participação essa que visa o acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é também luta

por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização. Sendo assim, a participação é entendida como finalidade e não como instrumento técnico-operativo do Serviço Social.

Outra questão observada é que alguns instrumentos são confundidos com os procedimentos para a realização de tal técnica, como é o caso da *informação*. Com base em Sarmiento (2005), a informação é comumente definida como documentação, utilizada “como um recurso para o relato dos trabalhos desenvolvidos, quer para simples registro de dados, quer para favorecer o conhecimento, análise e avaliação desses registros (p.27)”. Porém, se passarmos a entender “a documentação não apenas como um acervo, mas como a maneira de organizar as informações relacionadas a um determinado assunto, compreendemos que falar nessa implica diretamente falar de informação (p. 27)”. Para a utilização da *informação* como instrumento da prática profissional do assistente social entende-se que essa se dá por meio de elaboração de relatos e relatórios, documentos, diários de campo, linguagem em sua expressão verbal e discursiva, elaboração de convites, filmes, cartazes, jornais, gráficos, slides, *multimídia*; confundindo os procedimentos para a utilização de tal instrumento com o próprio instrumento em si (SARMENTO, 2005).

Contudo, observa-se que o instrumento técnico-operativo mais utilizado pelos assistentes sociais que atuam nessa área é a reunião. Segundo Sarmiento (2005), “a reunião está inserida na prática com grupos, vindo a ser utilizada como instrumento privilegiado para a intervenção nas relações grupais (p. 37)”. O autor acrescenta “através dela [reunião] que o assistente social pode contribuir no desencadeamento e realização de um processo reflexivo sobre o cotidiano de vida destas pessoas, pra encontrar respostas às situações que se defrontam e permeada por uma maneira de organização para a ação (p. 38)”.

Além dos instrumentos técnico-operativos utilizados para a atuação nesse segmento, alguns conhecimentos necessários para essa atuação foram elencados pelos próprios profissionais, os quais também vão variar de acordo com o projeto político de cada sujeito. O domínio deste conjunto de conhecimentos propiciará condições mínimas para a ação profissional dependendo da angulação assumida pelo projeto de sociedade. Vários foram os conhecimentos citados, dentre eles os mais comentados foram o entendimento da conjuntura política macro e micro social; a compreensão da questão antropológica, respeitando as diferentes culturas; a formação e a prática profissional, utilizando as diferentes estratégias e métodos pedagógicos para a intervenção e a mediação junto à este segmento, podendo ser vistos nas falas que seguem abaixo:

“[...] primeira coisa é entender o contexto que a gente tá inserido, porque que a gente encontra essa realidade social que ta aí, entender toda a lógica do sistema capitalista, que a gente ta dentro dele, a lógica da exclusão, da apropriação dos bens, na verdade, sem essa visão de sociedade fica difícil tu entender porque que tu tá fazendo aquilo dali”. (Profissional A)

“Depois, eu penso assim, essa visão de mundo, e essa visão também da tua postura, da postura ética do profissional no trabalho com o movimento, então, respeito à realidade, a cultura do local [...]”. (Profissional A)

“[...] tem que acolher a realidade como ela é, e a partir dela trabalhar, pra que as pessoas tomem consciência de como elas são. Então essa questão ética de como lidar com a diferença, é outro tipo de conhecimento [...]”. (Profissional A)

“[...] e as estratégias pedagógicas pra trabalhar também [...] então esse é outro tipo de conhecimento, a questão dos métodos, das alternativas pedagógicas pra trabalhar com a população de baixa renda”. (Profissional A)

“[...] conhecimento histórico, histórico mesmo da região e da organização, porque pra trabalhar com o movimento primeira coisa que a gente tem que entender é que o tempo da comunidade nem sempre é o nosso [...] então a primeira coisa é entender a história desse universo, do período do processo do movimento maior, de conjuntura mesmo, desde o mais macro até o micro, porque ta totalmente ligado e uma coisa interfere na outra”. (Profissional B)

“[...] muito da questão antropológica cultural [...] você compreender essa diversidade também é uma questão que tu precisa...”. (Profissional B)

“Primeiro, conjuntura política é fundamental ter conhecimento da conjuntura política macro social e micro social”. (Profissional C)

“E outras coisas que são da prática profissional especificamente, que é como fazer a construção da participação, como fazer uma intervenção em determinado grupo, muito a mediação, o trabalho de mediação dentro da organização comunitária”. (Profissional C)

“[...] toda a formação profissional que nós trazemos da academia, com instrumentos e técnicos para desenvolver os trabalhos não só com as comunidades, mas com outras instituições também”. (Profissional D)

“[...] mas uma coisa importantíssima é conhecer a realidade da comunidade, saber o diagnóstico, conhecer muito. Então toda a dinâmica da comunidade, eu acho que são os estudos, os antecedentes, o histórico, a formação, a situação socioeconômica, as entidades locais que atuam nas áreas, então todos os agentes que tem ligação com a área, com esse trabalho [...]”. (Profissional D)

Outros conhecimentos também foram elencados como de suma importância como o entendimento das diversas políticas públicas visando o controle social; o entendimento dos processos legislativos e administrativos, para possíveis reivindicações; e por fim, o entendimento de que o outro é o protagonista desse movimento, dessa luta, desse processo, como podemos observar nos depoimentos a seguir:

“Outro conhecimento é a política pública [...] toda essa questão que acaba tendo um leque muito diverso, porque você vai inevitavelmente discutir saúde, e discutir saúde implica discutir o SUS até o espaço-controle, conselho municipal, quais são as instâncias que tu tem de controle, ou pra própria participação nessa discussão; educação a mesma coisa, segurança a mesma coisa”. (Profissional B)

“Depois [...] o processo legislativo, como é que tramitam os processos na prefeitura, qual é a responsabilidade, e aí um pouco da constituição de cada setor [...] pra poder saber aonde buscar a

solução de determinados problemas [...] e também ter um pouco de conhecimento do processo administrativo, como que tramitam as coisas, se é na prefeitura ou se é no estado”. (Profissional C)

“[...] e outra que eu vejo que é fundamental, é essa a dificuldade que pra mim é muito gritante, de como tu interferir numa realidade fazendo com que aqueles sujeitos sejam realmente protagonistas e sem tomar frente da situação [...] sabedoria que é de tu conseguir entender que quem é protagonista é o outro, que tu é ali sujeito de mediação, de esclarecimento [...]”. (Profissional C)

Muitos e diversificados são os conhecimentos necessários para se atuar junto ao Movimento Sócio-Comunitário, porém fica evidente que o primordial é conhecer a conjuntura social, política e econômica a que está inserida a comunidade. Sem essa fundamentação as ações serão superficiais e paliativas. Então é preciso ter o entendimento da sociedade em suas dimensões de totalidade, particularidade e singularidade para se trabalhar junto a este movimento.

A totalidade, segundo Pontes (1997), “é essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação, possuem um imanente movimento [...] atua na particularização das relações entre os vários complexos do ser social (p. 81)”. Nesse sentido, “a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação (p.81)”. É nessa categoria que se tem a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade. Segundo Pontes (1997), “sem a captação do movimento e da estrutura das mediações através da razão”, o método se enrijece e perde a própria natureza dialética. Por isso, só a razão é capaz de destruir a imediaticidade e ultrapassar a aparência dos fatos.

Já o plano da singularidade, segundo Pontes (1997) é a expressão dos objetos em si, é o nível de sua existência imediata em que se apresentam os traços das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas rotineiras, casuais. Na singularidade, as mediações e as determinações estão ocultas. Esse é o plano da imediaticidade e é por isso que essa categoria não aparece com suas determinações históricas.

Então a totalidade representa o todo em suas determinações históricas e as singularidades aparecem como situações rotineiras da vida, descoladas de sua historicidade.

O particular representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade contém a singularidade da vida rotineira e a saturação da universalidade.

Nesse contexto da totalidade, particularidade e singularidade, encontra-se a categoria de mediação. A mediação é um espaço de confrontos e de contradições, que permite a análise complexa de situações concretas, no qual se conquista, ou não, avanços políticos juntamente com a população demandatária do Serviço Social.

Dessa maneira, a mediação aparece como categoria de análise da realidade, responsável pela complexidade da totalidade e também como categoria que permite a superação das análises mecanicistas. É também entendida como componente da ação de transformação social, como um processo de estabelecimento de estratégias e de práticas de lutas, constituindo-se aí categoria central da intervenção profissional do assistente social.

Com o exposto, verifica-se que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, entende-se que as análises de conjuntura não são apenas o pano de fundo para o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do serviço social, devendo ser apreendidas enquanto tais (IAMAMOTO, 1998).

3. O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO E OS DESAFIOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS

A finalidade desta seção, bem como do trabalho em geral, é identificar a compreensão de “Movimento Sócio Comunitário” pelos assistentes sociais que atuam na área e os desafios enfrentados por eles junto a este segmento.

Assim, abordaremos as concepções de Movimento Social e de Movimento Sócio-Comunitário, encontradas na literatura sobre o assunto; em seguida, conceituaremos o que é o “Movimento Sócio-Comunitário” para os profissionais entrevistados.

Discorreremos, também, sobre os desafios que estes profissionais enfrentam para atuar junto a este segmento.

3.1 Concepção de Movimento Social

Movimento Social, segundo Gohn (1997), refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer e um pensar, trata-se, portanto, de uma práxis. Esse movimento se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários. Os Movimentos Sociais vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou conservação do velho. Movimentos Sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social. Eles estão em luta na defesa de seus interesses, buscando conquistas ou resistindo às mudanças que destroem as conquistas anteriores. Sempre atuam em áreas de conflitos.

Para Silveira (2000) o conflito é um elemento constitutivo de todo Movimento Social, sendo este a explicitação das contradições sociais. Porém, a emergência de movimentos não se dá apenas a partir do conflito. Este apenas revela diferentes interesses existentes nas relações sociais, o que nem sempre resulta em conflito aberto, envolvendo ações coletivas - e que nesse sentido acaba por se constituir em movimentos sociais. Mas, mesmo que envolvessem ações coletivas, não estaríamos falando de Movimentos Sociais, pois para constituir um Movimento Social é necessário que o resultado leve à mudanças na vida social das pessoas, ou seja, nas relações sociais.

Acrescenta-se às noções de conflito e ação coletiva, discutidas acima, a idéia de poder. “Um movimento social, com seu caráter conflitual e coletivo, mostra uma relação de poder, cujo desenvolvimento implica a mudança ou a conservação de privilégios, valores, normas, regras que condicionam as nossas relações” (SILVEIRA, 2001, p.14). Assim, os Movimentos Sociais podem ser organizados para provocar mudanças como também resistir a elas.

Segundo Silveira (2000), os elementos que compõem os Movimentos Sociais são: o projeto, o qual significa a proposta do movimento, que pode ser, como vimos, de mudança ou de conservação das relações sociais, contendo os objetivos e metas. Para o movimento atingir os objetivos a que se propõe, é necessária uma estratégia que possibilite o sucesso da ação coletiva. O segundo elemento é a ideologia, a qual corresponde às idéias que os homens fazem da sociedade em que vivem, como “visão de mundo”, ou seja, pensamento que contém idéias que correspondem às reais condições de vida e idéias falsas sobre essas condições. É a ideologia que guia os projetos e as práticas dos Movimentos, definindo o sentido de suas lutas. O último elemento é a organização, onde o Movimento pressupõe certa organização hierárquica. Esta pode ser descentralizada, não havendo corpo dirigente fixo, e assim todos são igualmente considerados lideranças; ou a organização pode apresentar uma estrutura mais definida, firmada em um corpo de líderes mais ou menos fixo e destacados dos demais participantes do movimento.

Outro elemento constitutivo da formação de um Movimento Social é, segundo Gohn (1997), a força social. Não bastam as carências para haver um Movimento, elas têm de se traduzir em demandas que poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O que transforma as carências em reivindicações são ações concretas dos homens, ações que fazem com que o homem reivindique após reunirem a legitimidade e a justiça das demandas; o poder político da base social demandatória junto ao núcleo alvo de suas reivindicações; o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura política do grupo reivindicante. O conjunto desses fatores - carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo - resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do Movimento Social.

Em síntese, Gohn (1997) conceitua:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos litígio e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e

político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (pp. 251-252).

3.2 Concepção de Movimento Sócio-Comunitário

A partir do estágio realizado no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/DSS/UFSC, vimos que os sujeitos que compõem o Movimento Comunitário de Florianópolis, bem como os profissionais de Serviço Social vinculados a esse Movimento utilizavam constantemente o termo “Movimento Sócio-Comunitário”. Em pesquisa realizada em bibliografias da área, não foi possível encontrar a definição desse termo. Assim, um dos objetivos deste trabalho foi identificar a compreensão de “Movimento Sócio-Comunitário” pelos assistentes sociais que atuam na área. Dessa forma, nas entrevistas realizadas com esses sujeitos, questionamos o que esses entendem por Movimento Sócio-Comunitário.

Constatou-se que esse termo surge com o NESSOP²¹, como podemos verificar na fala que segue abaixo:

“Na verdade esse termo sócio-comunitário, ele vem de uma discussão dentro do Núcleo, do NESSOP, que a gente falava de um movimento comunitário”. (Profissional A)

²¹ Efetuou-se, junto ao setor de Monografias do Centro Sócio Econômico da UFSC, um levantamento dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Serviço Social, realizados no período de 1994-2007/1, relacionados ao tema Movimentos Sócio-Comunitário. Ver apêndice.

De maneira geral, os profissionais têm uma concepção comum do que seja o Movimento Sócio-Comunitário. Porém o profissional vinculado à Prefeitura alega não utilizar esse termo, verificado na fala que segue:

“Nós não temos usado muito esse termo”. (Profissional D)

Apesar de a concepção ser muito parecida, a visão do que seja e de como deva ser esse Movimento varia com cada profissional, dependendo de suas respectivas concepções de mundo, homem e profissão.

De acordo com os sujeitos pesquisados, o Movimento Sócio-Comunitário se define como *uma organização coletiva, uma luta coletiva, com interesse social coletivo que visa a melhoria da qualidade de vida, a reivindicação e a garantia de leis na busca de benefícios para a cidade, para a população de maneira geral; buscando a atenção do setor público para o atendimento dessas reivindicações*. Tudo isso pode ser verificado nas falas que seguem abaixo:

“Então pra mim o movimento [...] se difere da organização porque ele seria uma etapa onde essa organização passa a agir coletivamente, pensando, numa visão de totalidade [...] passa a agir relacionando o local com o contexto, aí ele vê que vai ter força se ele tiver organizado politicamente, coletivamente com as outras entidades”. (Profissional A)

“Eu entendo por movimento sócio comunitário, toda possibilidade, toda intenção e conseqüente organização coletiva, no sentido de luta por inserção, por reivindicação, digamos que tudo que é coletivo, com um interesse coletivo social, é movimento sócio comunitário”. (Profissional B)

“[...] é o que move as discussões da comunidade”.
(Profissional C)

“[...] o movimento sócio-comunitário deveria estar em busca de benefícios para a cidade, em busca dessa construção de algo

maior através dessa unidade, dessa unificação de leitura, de participação, de organização [...]”. (Profissional C)

“[...] uma busca de um trabalho mais coletivo, em torno de uma cidade que todo mundo quer igual”. (Profissional C)

“[...] são as formas encontradas pela população para se organizarem e defenderem os interesses locais, então na verdade acho que é o uso de estratégias pela comunidade para buscar a atenção do setor público para o atendimento das demandas locais, em termos da implantação e fortalecimento das políticas públicas nas áreas”. (Profissional D)

“É a forma como as entidades, pessoas, ou interlocutores, moradores, lideranças, usam as estratégias para demandas das comunidades”. (Profissional D)

Percebe-se que a concepção de Movimento Sócio-Comunitário compreendida pelos sujeitos pesquisados, se aproxima do conceito de Movimento Comunitário encontrado na literatura sobre o assunto. Com base em Scherer-Warren e Chaves (2004):

Movimento Comunitário é entendido aqui como o conjunto de organizações (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, etc) que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia (ser morador do bairro, da região, município) (p.58).

Um elemento comum a este Movimento, segundo Scherer-Warren e Chaves (2004), é a autonomia diante da política institucional, a qual seja o Estado e partidos, e que a lógica que se segue é Movimentos Sociais *versus* Estado. Assim, nota-se, a partir das entrevistas, que a luta tem que ser travada contra o poder público, como nos mostra a fala a seguir:

“[...] tem uma luta a ser travada com o Estado, com o poder e com o setor privado, na verdade a luta é sempre essa, setor privado e o Estado, que tá sempre junto com o setor privado,

dando uma cobertura pras coisas acontecerem na cidade”.

(Profissional A)

Porém, segundo Scherer-Warren e Chaves (2004), percebe-se, a partir de algumas práticas, que em Florianópolis o contrário também ocorre. Há o compartilhamento de projetos e interesses com o poder público municipal. O que parece claro é que algumas Associações e Conselhos Comunitários além de reproduzirem relações verticais entre o poder público e a população, dão sustentação às tradicionais práticas políticas, pautadas em relações de hierarquia e subordinação. As ligações de suas lideranças com o poder público municipal aparecem não somente no campo ideológico/político, como também no plano institucional (lideranças remuneradas ou liberadas de suas atividades para atuar exclusivamente nos Conselhos). Ao reproduzirem práticas clientelistas e assistencialistas tradicionais, os Conselhos Comunitários aparecem muitas vezes aos moradores apenas como um “balcão de favores”, e não como instrumento próprio de sociabilidade, reivindicação e luta comunitária. É aí que o assistente social deve atuar também, modificando essa configuração, propiciando um espaço de luta mais democrático e que vise a emancipação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, tendo por finalidade a efetiva melhoria das condições de vida da população em geral.

Com os assistentes sociais, essa diversidade de visões de como deve ser o Movimento também acontece. Alguns sujeitos têm a visão mais política do processo, entendendo que o Movimento é contínuo e inacabado e que a luta é coletiva e mais ampla, saindo do particular e se estendendo para a totalidade; e que muito ainda tem que se fazer e aprender para que o Movimento se consolide e tenha uma luta mais coletiva. Isso pode ser observado a partir das falas que seguem abaixo:

“[...] o fato de ter uma associação não significa que se tem um movimento sócio-comunitário, porque pode ser uma associação que não percebe a dimensão política dela como representante dos interesses daquela população [...]”.

(Profissional A)

“[...] quando uma organização comunitária tem consciência do seu papel político na mudança desse quadro, aí eu diria que tem um movimento sócio-comunitário”. (Profissional A)

“É algo que não ta pronto, não ta acabado, algo que está em constante mudança, uma mudança que eu diria diária [...]”. (Profissional C)

“[...] o movimento ele é muito difícil, é muito complexo e é algo que a gente precisa construir no dia-a-dia. Por quê? Dependendo da maré eles vão para um lado e principalmente em Florianópolis tem essas condicionantes políticas”. (Profissional C)

“Essa busca comum, é muito mais do que local que não é só comunitário lá do local, teria que ser social no âmbito da sociedade do município [...]”. (Profissional C)

Como vimos, velhas práticas convivem com novas propostas e orientações da sociedade civil. Os desafios do Movimento Sócio-Comunitário, além das dificuldades e desgastes no processo de gerenciamento da complexidade e das diferenças no interior de seu próprio campo, dizem respeito a minimização da esfera estatal que, muitas vezes ao avesso da participação popular, investe na implementação de um modelo de cidade que prioriza a iniciativa privada em detrimento do poder público (SCHERER-WARREN e CHAVES, 2004).

Outra idéia que aparece é a do Movimento Sócio-Comunitário mais localizado e pragmático; e uma visão exterior do profissional ao Movimento, como parte externa a esse processo, como nos mostra a fala abaixo:

“[...] essa rede articulada é meio que um Fórum onde as entidades se encontram e discutem projetos e ações que haja respostas às necessidades locais, no sentido de mudar as dinâmicas das comunidades e inserir a comunidade no contexto da Cidade”. (Profissional D)

Com o exposto, fica claro que alguns profissionais entendem essa luta como uma luta geral, com reivindicações e ganhos para toda a cidade; outros já entendem a luta como sendo mais local, visando melhorias em seus bairros, em suas “comunidades”.

É possível observar também, a partir das expressões utilizadas pela assistente social que atua voluntariamente junto ao movimento, que essa se sente parte integrante de tal processo. Não atua apenas como profissional que presta assessoria ao Movimento, e que

enxerga esse processo de fora; muito mais que isso, sente-se cidadã, munícipe e participe do processo de reivindicação e de luta da Cidade, o que por muitas vezes dificulta sua atuação como assistente social. A esse fato se deve a atuação da assistente social como militante junto ao Movimento, podendo ser verificado nas falas abaixo:

“[...] a gente precisa ainda ter uma perspectiva de luta mais comum. A gente precisa ter uma unidade, não é identidade comum, é uma unidade de luta”. (Profissional C)

“[...] no trabalho que a gente faz hoje, que é um trabalho voluntário e ao mesmo tempo é um trabalho técnico, é difícil tu conseguir conciliar e falar para as pessoas do movimento, eu sou Assistente Social mas também sou cidadã de Florianópolis, munícipe e militante no movimento social, então tem que agregar essas duas coisas. Então isso acaba sendo difícil. Enquanto instrumento de trabalho esse misto entre profissional e o pessoal, se confunde”. (Profissional C)

Outro ponto observado a partir das falas dos sujeitos pesquisados é a questão da organização das “comunidades” em Fóruns Sociais, como explicitado abaixo:

“[...] a comunidade começou a procurar o Fórum como espaço para encaminhamento de demandas. E aí pra frente, desdobrou enormemente todas as ações, porque a gente começou a fazer encaminhamentos, ir atrás de órgãos públicos, ir atrás de participar de assembléias, de audiências públicas [...]”. (Profissional B)

“[...] essa rede articulada é meio que um Fórum onde as entidades se encontram e discutem projetos e ações [...]”. (Profissional D)

“Inicialmente era o Fórum com organizações do Estado e da Prefeitura. Como os órgãos do Estado e da Prefeitura não

continuaram participando, aí sim virou o Fórum das Comunidades. Aí era reivindicativo”. (Profissional C)

“E nesse período todo, os Fóruns da Cidade, na própria constituição do Fórum a gente teve junto, no início, na sua fundamentação e na participação de todos eles”. (Profissional C)

Os Fóruns Sociais, espalhados por diferentes regiões do município de Florianópolis (Fórum Social do Saco Grande, Fórum Social do Maciço do Morro da Cruz, Fórum da Cidade), tem se mostrado como importante espaço de reivindicação das comunidades e como um excelente espaço para atuação do assistente social. Esses espaços vêm empreendendo esforços no sentido de fortalecer e articular as diversas formas de organizações existentes, visando debates e lutas por melhores condições de vida da população em geral, efetivando assim uma luta mais coletiva e democrática. Nesse ponto, segundo Scherer-Warren e Chaves (2004), “o Fórum da Cidade vem se constituindo em uma dessas tentativas de unir os setores da sociedade a fim de discutir um novo projeto de gestão pública à luz do Estatuto da Cidade (p. 67)”.

Por fim, entendemos que a visão, a concepção do que seja o Movimento Sócio-Comunitário por parte destes profissionais, juntamente com outras determinantes (já explicitadas neste trabalho), irão nortear a atuação dos assistentes sociais junto a este segmento. Assim, as práticas considerarão a totalidade ou a singularidade, visando a emancipação da população ou podendo até mesmo levar a manutenção da ordem estabelecida, dependendo da visão política dos profissionais e o projeto ético-político a qual estão vinculados. No entanto, a visão mais evidenciada dos sujeitos entrevistados é de totalidade, de uma luta mais coletiva, visando à melhoria da Cidade como um todo.

3.3 O Projeto Ético-Político do Serviço Social

A partir das falas desses sujeitos em entrevistas realizadas, pôde-se perceber que as concepções de Movimento Sócio-Comunitário variam de acordo com a visão de mundo, sociedade e homem, contida no projeto ético-político profissional de cada sujeito. Essas diferentes visões podem ser exemplificadas nas falas a seguir:

“[...] entender toda a lógica do sistema capitalista, que a gente tá dentro dele, a lógica da exclusão, da apropriação dos bens, na verdade, sem essa visão de sociedade fica difícil tu entender porque que tu tá fazendo aquilo dali. Depois, eu penso assim, essa visão de mundo, e essa visão também da tua postura, da postura ética do profissional no trabalho com o movimento, então, respeito à realidade, a cultura do local, e essa coisa de trabalhar de uma maneira não impositiva [...]”. (Profissional A)

“Minha opção é pelos oprimidos [...]”. (Profissional A)

“[...] esse construir junto ele também implica que essa possibilidade de construir junto também tá ligada a uma determinada concepção do projeto, no caso do HBB, dos projetos que vem do governo federal, agora o PAC, então que eles têm condições e critérios pré-determinados, eles tem prazo, eles tem todo um procedimento burocrático que muitas vezes pra comunidade é difícil de entender e perceber”. (Profissional D)

Percebe-se que a visão contida no projeto ético-político profissional vai ser aquela comprometida com as classes subalternas, visando a emancipação desses; ou aquela vinculada a instituição empregadora, cumprindo apenas as demandas institucionais.

Conforme José Paulo Netto (1999), os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Um projeto de profissão envolve, portanto, um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideologias, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão

é parte e expressão (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Segundo Yamamoto (1998), o projeto de profissão e de formação profissional do Serviço Social, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, que afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão dos Movimentos Sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que resultou no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações, - que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil.

E os assistentes sociais não ficaram de fora desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. O Serviço Social, como profissão comprometida com a transformação social, teve um papel importante nesse processo, pois contribuiu com a construção de uma cultura democrática, favorecendo a participação e potencializando sujeitos para a luta por direitos, comprovando assim, a necessidade de atuação do Serviço social nessa área. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

O movimento de reconceituação, segundo Yamamoto (1998), constituiu-se como um movimento de denúncia, de auto-crítica e de questionamentos societários, que tinha como base um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social, que acreditasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos. Assim, hoje, após o movimento de reconceituação, o profissional é um profissional mais crítico, desligado das atuações tradicionais, que visam uma atuação mais conscientizadora, que visa a emancipação da classe subalterna.

Um olhar para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua auto-qualificação na sociedade. A profissão adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. Cabe lembrar, que a implantação das diretrizes curriculares atuais está em processo de avaliação pela ABEPSS desde 2006, no âmbito de todo o país.

Houve também um aumento da produção acadêmica. Parcela do acervo acadêmico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Nesse contexto, segundo

Sposatti (2007), o eixo temático Movimentos Sociais (processos organizativos e mobilização popular) tem um baixo índice de projetos de pesquisa.

Ocorreu também, o amadurecimento dos órgãos de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados pela categoria. Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos públicos, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-reconhecimento (IAMAMOTO, 1998). Embora, ainda esteja faltando a organização da categoria em sindicato e/ou associação, para uma luta mais efetiva e representativa/legítima.

O projeto ético-político existe como coletivo, e esses projetos coletivos se relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais presentes numa determinada sociedade. Os interesses particulares de determinados grupos, como o dos assistentes sociais, não existem independentemente dos interesses mais gerais que movem a sociedade. Questões culturais, políticas e econômicas articulam-se e constituem os projetos coletivos. Esses são impensáveis sem estes pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários. Quer dizer, os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político (REIS, 2004).

Segundo Reis (2004), os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores há várias posições que têm a ver com as formas de transformação social. Assim, tem-se um pressuposto fundante do projeto ético-político, que é a sua relação com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, o projeto filia-se a um ou a outro projeto de sociedade, não se confundindo com ele.

Não restam dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está ligado a um projeto de transformação da sociedade. Isto ocorre pela exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Quando atuamos no movimento contraditório das classes, acabamos por dar uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. No cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios.

O projeto ético-político do Serviço Social é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre as

alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Dessa forma, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999).

Os profissionais podem operá-lo por meio das várias modalidades interventivas da profissão, ou seja, o projeto pode se concretizar em nossas próprias ações profissionais cotidianas. Porém, segundo Reis (2004), existem elementos que dão materialidade ao projeto, os quais se dão a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: *dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*; *a dimensão político-organizativa da categoria*; *dimensão jurídico-política da profissão*. Vejamos cada uma delas.

Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social – espaço onde se sistematizam as modalidades práticas da profissão, onde acontecem as reflexões do fazer profissional. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Assim, não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, cujo horizonte é a manutenção da ordem.

Dimensão político-organizativa da profissão – estão presentes aqui os fóruns de deliberação e as entidades representativas da profissão. O conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É por meio dessas entidades representativas que os traços gerais do projeto são tecidos. Subentende-se que o projeto ético-político deva ser um espaço democrático aberto para discussões, indicando o pluralismo de idéias no seu interior.

Dimensão jurídico-política da profissão – conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há aqui duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato jurídico-político de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso temos o Código de Ética Profissional, a Lei que Regulamenta a Profissão e as novas Diretrizes Curriculares. No segundo, temos o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos.

Todas essas dimensões articuladas entre si compõem o corpo material do projeto ético-político profissional que deve ser compreendido como uma construção coletiva, que como tal,

tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão, por ser participante do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises. É daí que vem o compromisso ético-político dos assistentes sociais em trabalhar com o Movimento Sócio-Comunitário, em atuar visando a emancipação, a autonomia e a plena expansão dos sujeitos que constituem esse movimento.

3.4 Os desafios para atuação junto ao Movimento Sócio- Comunitário

Os desafios elencados pelos assistentes sociais que atuam nesta área foram os mais diversos possíveis. Sendo esses relacionados sempre ao poder público, a própria categoria profissional e aos sujeitos que compõe esse Movimento.

Os desafios relacionados ao poder público foram: falta de vontade política por parte da Prefeitura em contratar profissionais para atuar na área sócio-comunitária; abandono por parte da academia; diferentes modelos de gestão pública que acarreta diretamente na ação do assistente social; procedimentos e a burocracia que por muitas vezes emperram o trabalho do assistente social; omissão do poder público referente à inclusão social, derivada do despreparo e da falta de vontade política desses órgãos; e a falta de recursos e investimentos nesta área. Tudo isso pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

“O primeiro desafio de todos é a omissão do poder público referente a tudo que diz respeito à inclusão. Eu acho que essa omissão traz desdobramentos terríveis, porque a partir do momento que eu não assumo o meu papel, eu permito que as coisas saiam erradas [...] o primeiro desafio é esse despreparo, essa falta de vontade política, e essa omissão”. (Profissional B)

“A questão dos recursos pro trabalho com o movimento comunitário, meu Deus, é um desafio terrível, você até consegue as vezes recursos em projetos mas são pra áreas muito

específicas, pra trabalhar conseqüências e não tentar trabalhar a causa[...]”. (Profissional C)

“Outra coisa, a questão de política, o interesse pelo trabalho. A prefeitura podia ter muito mais profissional [...]”. (Profissional C)

“[...] visão dos gestores também, que muitas vezes não tem essa visão da participação comunitária, de que a comunidade não tem entendimento da importância da participação da população na definição dos projetos e dos programas e isso dificulta a atuação do profissional”. (Profissional D)

Em síntese, esses desafios estão postos pela falta de interesse do poder público no que diz respeito ao objeto de luta do Movimento Sócio-Comunitário. Percebe-se, portanto, um processo de debilitação das instituições entendidas como a fragilidade das instituições públicas em exercer suas funções para as quais foram social e politicamente constituídas e organizadas. Essa fragilidade reflete uma impotência nas ações político-administrativas diante de quadro de relações sociais e políticas complexas.

A debilidade institucional tem suas determinantes no projeto neoliberal em evidência no Brasil a partir da década de 1990. Esse projeto, como exposto no início deste trabalho, define-se com um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Com a implementação dessa doutrina no Brasil é possível perceber o aumento do desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Para tanto, o controle social por parte da sociedade civil organizada não é interessante para o desenvolvimento desse projeto. Isso talvez explique a falta de investimento do setor público junto ao movimento comunitário, pois mobilizado, esse movimento reivindica e luta por melhores condições de vida, exigindo do Estado uma posição política, econômica e social perante toda a sociedade.

Já os desafios relacionados à categoria profissional foram: falta de conhecimento das políticas sociais e da conjuntura política; falta de qualificação acadêmica para atuar nessa área; ausência de organização política da profissão em sindicato e/ou associação; falta de percepção de que este movimento não é perfeito, o que justifica o abandono profissional nessa

área; tipo de trabalho que foge aos padrões tradicionais, como o horário de trabalho que se configura geralmente aos finais de semana e no período noturno; entender e lidar com as possibilidades e limites institucionais em contrapartida com os interesses e necessidades das comunidades, ou seja, saber conciliar os interesses da comunidade com as possibilidades e com a visão dos gestores; tornar os projetos o mais participativo possível e incentivar o acompanhamento da comunidade em todas as etapas do processo. A questão da remuneração destes profissionais, ou seja, deixar de ser voluntariado para se constituir como trabalho remunerado, foi o único elencado por mais de um sujeito pesquisado. Vejamos as falas que seguem:

“O primeiro desafio que eu vejo, é isso se tornar um campo de trabalho, um espaço de exercício profissional, onde o Assistente Social possa receber um salário pra trabalhar com isso”. (Profissional A)

“[...] outro desafio é realmente ter essa qualificação, como eu falei, o projeto do curso tem uma intenção, mas na prática alguns temas como a questão do processo coletivo, do trabalho coletivo, em termos de método, pra mim ficaria a desejar”. (Profissional A)

“[...] a outra questão também que eu vejo que falta na profissão é ela ter também uma organização política dela mesma [...] nós não temos aqui uma associação profissional, ou um sindicato, onde a gente pudesse lutar como sindicato, como associação, pra ter esse vínculo com o movimento”. (Profissional A)

“[...] o desafio que eu vejo também pro profissional é ele conseguir perceber que o movimento, não é porque ele é comunitário popular que ele é perfeito, é bonito, que a gente deve fazer tudo o que eles querem, não”. (Profissional A)

“[...] uma outra coisa também que é desafio é porque é um tipo de trabalho que foge ao padrão tradicional, ou seja, o Assistente Social pra trabalhar com o movimento raramente ele vai conseguir trabalhar de manhã e de tarde, oito horas por dia,

ele vai trabalhar a noite, vai trabalhar final de semana [...]”.
(Profissional A)

“[...] remuneração [...] então no mínimo tem que ter profissionais disponíveis pra fazer esse trabalho, que é de tempo integral, porque como é que tu vai conseguir participar de todas as reuniões, fazer mobilização comunitária, ter o teu envolvimento nos vários setores que atua, e ainda trabalhar [...] ter pelo menos um grupo remunerado pra fazer o trabalho [...]”.
(Profissional C)

“[...] falta conhecimento de política social, de conjuntura política, não to dizendo um envolvimento político partidário, mas um conhecimento dessa conjuntura que é política da Cidade”.
(Profissional C)

“[...] é entender e lidar com as possibilidades e limites institucionais, no setor público, no caso dos responsáveis pelas políticas públicas com os interesses e necessidades das comunidades, é um grande desafio [...]”. (Profissional D)

“[...] conseguir tornar os projetos o mais participativo possível e o acompanhamento também da comunidade de todas essas etapas [...]”. (Profissional D)

Os desafios relacionados à própria categoria profissional, como pôde ser observado, são diversificados. Fica evidente a questão da remuneração dos assistentes sociais que atuam junto a esse segmento. Portanto, o Movimento Sócio-Comunitário se tornar um campo de atuação remunerado para os assistentes sociais, é o maior desafio encontrado por esses profissionais. Porém, as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, em quase toda a sua totalidade, não têm suporte financeiro para essa contratação.

Aos sujeitos sociais que compõem esse movimento os desafios elencados foram: questão de gênero presente neste movimento, onde há uma forte inserção masculina ao contrário da profissão de Serviço Social que é composta majoritariamente por mulheres; questões contraditórias presentes nesse movimento como o entendimento e a prática da democracia, e os interesses individuais sobressaindo aos interesses coletivos; difícil

organização das comunidades em conselhos comunitários ou associações de moradores, ou quando isso acontece, o entendimento de que a participação se dá por meio da representação dos sujeitos escolhidos para tal; questão partidária sobrepondo os interesses individuais aos coletivos; e a falta de formação das lideranças comunitárias.

“O movimento ele tem uma forte inserção masculina, e o Serviço Social é uma profissão que tem uma forte inserção feminina, então eu vejo essa questão do gênero também, [...] custa a admitir que eles podem aprender com uma mulher, não é que a gente vai ensinar pra eles, mas a gente vai dar uma contribuição que a gente tem, que é diferente da que eles dão pra gente, eles também ensinam a gente”. (Profissional A)

“[...] as questões das contradições, que a gente percebe que eles fazem democracia, mas olha só como é que eles fazem, são autoritários, eles decidiram ali na cúpula e não fizeram assembleia pra discutir isso [...] interesses individuais passando por cima do coletivo”. (Profissional A)

“[...] questão partidária, você prepara as comunidades, pra se vender na primeira oportunidade [...] chega em época de eleição todo mundo corre porque tem outros interesses que não são os coletivos, porque os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos [...]”. (Profissional B)

“[...] você trabalhar com lideranças que não tem formação pra isso e você não tem recursos pra trabalhar [...]”. (Profissional B)

“[...] a própria organização da comunidade [...] a própria organização local, que muitas vezes há dificuldade dos próprios moradores, da própria população na participação local, nas associações, nos conselhos ou nos próprios grupos de representatividade, em geral essas associações apresentam bastante fragilidades, então a visão também em relação as associações comunitárias, associações de moradores e a visão

também que a própria comunidade tem quanto a representatividade [...]”. (Profissional D)

Muitos dos desafios relacionados aos sujeitos sociais que constituem o Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis, citados anteriormente, são objetos de trabalho dos assistentes sociais. Assim, a conscientização e o esclarecimento político-social se constituem como finalidade da atuação desse profissional, não só na atuação com o Movimento Sócio-Comunitário, mas de uma maneira geral, ligado à própria profissão.

Enfim, percebe-se que os desafios são de todas as ordens, desde os ligados às instituições a qual os profissionais estão vinculados, até aqueles ligados aos próprios sujeitos sociais que compõem o Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Sócio-Comunitário se mostrou, a partir do estágio realizado na área, um campo de atuação do assistente social que ora esteve em ascensão e ora não, e que atualmente tem se configurado como um campo em potencial para atuação deste profissional.

Dessa forma, procuramos compreender os motivos que levaram a essa oscilação, sempre relacionando-o com os currículos os quais esses profissionais são graduados e a conjuntura política, social e econômica da sociedade brasileira.

Por ser o Movimento Sócio-Comunitário um campo de atuação do assistente social com poucos profissionais, dificuldades foram encontradas para a realização desta pesquisa. Primeiramente, em identificar estes profissionais; e posteriormente, a dificuldade em ter o retorno dos questionários enviados e também a realização das entrevistas.

O trabalho se constituiu de três seções. Na primeira seção, discorremos sobre a formação do assistente social no Brasil e mais especificamente na UFSC, levando em consideração o projeto político-pedagógico e as diferentes estruturas curriculares pela qual passou o curso.

Sendo assim, concluiu-se que apesar das diferentes direções de áreas de atuação profissional - criança e adolescente, saúde, entre outros - que o curso proporciona, parece-nos que os currículos anteriores estimulavam mais o trabalho comunitário do que o atual currículo, sendo que todos os profissionais pesquisados realizaram sua graduação nesses currículos onde o estágio e as disciplinas estavam voltados para essa direção. Isso não quer dizer que esse número era maior do que em outras áreas, mesmo porque esse não foi o objetivo deste trabalho, mas quer dizer que os currículos anteriores direcionavam mais o trabalho com o movimento sócio-comunitário do que o atual. Assim sendo, é de suma importância, já que o momento é de revisão curricular, que o curso revise também o conteúdo das disciplinas, e em especial, a disciplina de Movimentos Sociais, tema deste trabalho, que não deve ser revista isoladamente, mas sim, no conjunto do currículo; tendo em vista que a configuração dessa disciplina não dá conta do aprendizado a que se propõe a mesma.

No que diz respeito ao projeto pedagógico do curso, muito dos sujeitos entrevistados fizeram algumas ponderações. A questão que aparece fortemente é o estágio obrigatório. Considerado como elemento fundamental para o exercício profissional, alegam pouco tempo para a sua realização. No entanto, essa atual configuração do estágio obrigatório já vem sendo revista. Um outro ponto que merece destaque são os Núcleos de Estudos do DSS/UFSC, em

particular o NESSOP, que se mostrou um excelente campo de estágio e um importante espaço de aprendizado acadêmico e de protagonismo da sociedade civil organizada, e que está sendo secundarizado por parte do DSS/UFSC, principalmente a partir da desvinculação da disciplina “Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” do Núcleo, o que precisaria ser avaliado.

Na segunda seção, relatamos a inserção dos assistentes sociais no Movimento, suas ações e os instrumentos utilizados para tal, a fim de refletirmos sobre o exercício profissional desses sujeitos junto a este segmento.

Dessa forma, observou-se que a inserção desses profissionais no Movimento tem início já na Universidade, com a realização do estágio obrigatório e por meio das próprias disciplinas. Isso nos mostra o quão essencial é o papel da Universidade na direção das futuras atuações profissionais. Já a prática do assistente social junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis é de assessoria a esse movimento, visando à mobilização que leve a participação popular; exceto o profissional que atua por meio da Prefeitura, que trabalha na habitação, caracterizando o contato com o Movimento Sócio-Comunitário como parceria. A participação é meio para que o projeto habitacional se efetive. Para a prática de assessoria, o profissional de Serviço Social vai se valer de diversos conhecimentos e instrumentos, dentre eles os mais citados foram o entendimento da conjuntura social, política e econômica e a reunião, respectivamente.

Na terceira seção, o objetivo foi conceituar a categoria Movimento Sócio-Comunitário, e analisar a compreensão que os profissionais têm sobre esse Movimento. Além disso, elencamos e analisamos os desafios enfrentados pelos assistentes sociais que atuam junto ao Movimento Sócio-Comunitário de Florianópolis.

Assim, constatou-se que o termo “Movimento Sócio-Comunitário” é atribuído pelo NESSOP ao movimento comunitário em Florianópolis e que de maneira geral, os profissionais têm uma concepção comum do que seja esse movimento, se definindo, portanto, como uma organização coletiva, uma luta coletiva, com interesse social coletivo que visa a melhoria da qualidade de vida, a reivindicação e a garantia de leis na busca de benefícios para a cidade, para a população de maneira geral; buscando a atenção do setor público para o atendimento dessas reivindicações. Porém, apesar de a concepção ser muito parecida, a visão do que seja e de como deva ser esse movimento varia com cada profissional, dependendo de suas respectivas concepções de mundo, homem e profissão.

Por último, os desafios encontrados por estes profissionais foram os mais diversos possíveis. Sendo esses relacionados sempre ao poder público, à própria categoria profissional

e aos sujeitos sociais que compõem esse Movimento. Ao poder público, os desafios se resumem a falta de interesse por parte desse em investir nas lutas do Movimento Sócio-Comunitário, justificado agora pelo interesse que o poder público tem em manter a população desinformada, desmobilizada e alienada. À categoria profissional, o maior desafio está em tornar este espaço um campo de atuação remunerado para os assistentes sociais, ou seja, a atuação direta desse profissional com o Movimento. Aos sujeitos sociais que compõem esse Movimento, os desafios elencados foram os que perpassam o esclarecimento político-social, a conscientização política e social desses sujeitos, objeto de trabalho do assistente social.

Todavia, este trabalho é o começo de um debate sobre a atuação do assistente social no Movimento Sócio-Comunitário, não pretendendo encerrar esta discussão neste estudo, mas expandi-lo para as questões que envolvem mais especificamente a formação do assistente social na UFSC, tendo em vista o atual processo de avaliação das atuais diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social (1999). Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/>>. Acesso em: 25/11/2007.

ALVES, Francielle Lopes. **Participação e gestão democrática das políticas públicas: a inserção e os desafios do trabalho do Assistente Social nos Conselhos de Saúde**. Florianópolis: UFSC, 2004.

AZEREDO, Verônica Gonçalves; SOUZA, Rosany Barcellos de. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 80, 2004. pp. 48-58

BRAVO, Maria I. Souza; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Conselhos de saúde e serviço social: luta política e trabalho profissional. **Ser social**, Brasília, n. 10, p. 57-92, jan/jun 2002.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, Valci, v.1, n.2, jul/dez. 2000, p.07-17.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Colaboradores Rosa Prêdes... [et al]. Brasília: CFESS, 2005.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 9ª REGIÃO. **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social**. 2.ed.rev., ampla. E atual. Até dezembro de 2005 – São Paulo: O Conselho, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mod. 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social: UNB/CEAD, 1999, p. 204-213.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as diretrizes curriculares? **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, v.1, n.2, jul/dez. 2000, p.163-182.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Implicações da Reforma do Ensino Superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis/** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, v.1, n.1, jan/junho 2000, p.81-97.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social I. **Programa de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo II. Brasília: CEAD/UNB, 1999. p.153 - 166.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. **Atribuições privativas do (a) assistente social: em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Temporalis/**Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, v.1, n.1, jan/junho 2000, p.35-79.

_____. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, módulo 01, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, Brasília, 1999.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (2005). Disponível em <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 22/11/2007.

KRUG, Jorge Gilberto. **A mobilização comunitária:** presença dos seminários de desenvolvimento de comunidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

MARTINS, Marilene Correa. **Um olhar para o debate do movimento sócio-comunitário do sul da Ilha de Santa Catarina na luta pelo direito à Cidade:** Seminário Regional – Fórum da Cidade/UFECO. Florianópolis: UFSC, 2002. 125f.

MÜLLER, Kathia. Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais. **Katálysis**, Florianópolis, n.1, p.38-52, jun. 1997.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, . v.1, n.1 jan/junho 2000, p.11 – 33.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 2.ed. ver. – São Paulo: Cortez, 1997.

RAICHELIS, Raquel. ROSA, Cleisa Moreno Maffei. O serviço social e os movimentos sociais. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano VI – n°. 19 – dezembro de 1985.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social**. Coletânea de Leis – CRESS 6ª Região – MG, 2004, p. 455-465.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al). São Paulo: Atlas, 1999.

SARMENTO, Hélder Bóska de Moraes. Repensando os instrumentais em serviço social. In: **Textos de teoria e prática de Serviço Social**: estágio profissional em Serviço Social na UFPA. Belém/PA: UFPA, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina** – trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

SILVA & SILVA, Maria O. et al. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. In: SILVA, Maria O. Silva (org). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Formação profissional do assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. – São Paulo: Cortez, 1984.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Os movimentos sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). **Iniciação a Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2000. p. 221-264.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, Rosany Barcellos de; AZEREDO, Verônica Gonçalves. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXV, nº 80. São Paulo: Cortez, nov 2004, p. 48-58.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimentos no campo do serviço social. **Katálysis**, Florianópolis, n.10, p.15-25, jun. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Coordenação do Curso de serviço social**. 1989. p. 3. Disponível em:
<http://www.servicosocial.ufsc.br/01_departamento_historico.php> Acesso em: 24/11/2007.

_____. **Avaliação e planejamento da coordenadoria de estágios do DSS-UFSC**. Florianópolis, 1997.

_____. **Estágio supervisionado em serviço social: documentação e orientação**. 2.ed. Florianópolis, 1996.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1998.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social – CRESS 9ª Região – SP, 2006**. 2ªed. p. 13-29.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Levantamento dos TCC's de Serviço Social, relacionados ao tema da pesquisa, realizados entre 1994 e 2007/1.

Levantamento Trabalhos de Conclusão de Curso referentes ao Movimento Sócio-Comunitário – Curso SSO/UFSC
Período: 1994-2007

CÓDIGO	ANO	TÍTULO	AUTOR (A)
94.962	1994	O REFLUXO NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO SANTA CLARA – BAIRRO DA PRAÇA NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS-SC	GIOVANA NUNES DA SILVA
94.981	1994	MORRO DO MOCOTÓ: UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA CONSTRUINDO A CIDADANIA	ELOA TEREZINHA MARTINS
94.986	1994	JARDIM ILHA CONTINENTE: UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM ARTICULAÇÃO COM O MOVIMENTO POPULAR DE FLORIANÓPOLIS	LUCIANE APARECIDA BOLDA
94.999	1994	A LUTA PELA TERRA NO MORRO DA PENITENCIÁRIA E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	ELIZONETE TIETJEN
95.1019	1995	VILA APARECIDA: UM ESBOÇO DE SUA HISTÓRIA RELATADO POR SEUS SUJEITOS	CARMEN LUCIA COSTA
95.1022	1995	O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DE SANTA TEREZINHA II NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	DANIELA FREITAS PEREIRA
95.1026	1995	PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS MORADORES DO ARRANHA-CÉU	ELI TEREZINHA JANUARIO
96.1060	1996	O PROJETO CPP NA COMUNIDADE SOL NASCENTE	ELIZETE CATARINA DA SILVA
96.1064	1996	OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE	LEIZA LUZIA ALCZESKI
96.1077	1996	CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: FACES E INTERFACES NA RELAÇÃO DE MORADORES E GRUPO JOVEM DO MORRO DO MOCOTÓ	FABIANA DE SOUZA

96.1083	1996	O CPP E O SERVIÇO SOCIAL. TEXTO E CONTEXTO DE UMA EXPERIÊNCIA SÓCIO- COMUNITÁRIA NO BAIRRO PROMORAR	LUIZ CARLOS CHAVES
97.1133	1997	DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES E A QUESTÃO COMUNITÁRIA	MARISTELA APARECIDA DA SILVA EXTRAVIDADO
97.1137	1997	ÀS MARGENS DA “VIA EXPRESSA”: A PRÁTICA DE SUJEITOS COLETIVOS PELO DIREITO SOCIAL A MORADIA	PAULINA KORC
98.1141	1998	TRAJETÓRIA POR UMA QUALIDADE DE VIDA CIDADÃ: A RELAÇÃO CONSELHO COMUNITARIO CRISTO REDENTOR E UFSC	ALESSANDRA DELLA G. BELTRAME
98.1173	1998	OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS NO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL VIA GRANDE FLORIANÓPOLIS	ROSINETE SCHERFF
98.1181	1998	CONVENIO UFSC/ CPP: RELATO DE UMA EXPERIENCIA DE SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO POPULAR	CLECI ELISA ALBIERO
99.1206	1999	DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA – CONTINENTE - PMF	ANTONIO CRISANTE FIDALGA
99.1232	1999	DESAFIOS A PARTICIPAÇÃO SÓCIO- COMUNITÁRIA UMA EXPERIÊNCIA NO MORRO DA MARIQUINHA FPOLIS/SC	FABIANA VIEIRA
99.1238	1999	O OUTRO LADO DA QUALIDADE DE VIDA E POBREZA E DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO – UMA EXPERIÊNCIA JUNTO AS COMUNIDADES DA PERIFERIA DE FPOLIS	KELLY CRISTINY CABRAL
99.1251	1999	LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS NO CONTEXTO URBANO SINGULARIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL – CONSELHO COMUNITÁRIO DO MORRO DA MARIQUINHA	

			SILVANA MEIRA
00.1294	2000	A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA SÓCIO-CRÍTICA: TRAJETÓRIA DO PROJETO DE FORMAÇÃO FAMESC/NESSOP 1998/1999	CARLA MARIA NEVES INACIO
00.1298	2000	O SERVIÇO SOCIAL E UM PROJETO SÓCIO-POLÍTICO DE FORMAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA COM A FAMESC – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA	CRISTIANE SPRICIGO
01.1439	2001	PROJETO EXPERIÊNCIAS EM CENA III: A INTERVENÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	CARLA JANAÍNA EHLERS
01.1456	2001	NA COMUNIDADE DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DA CIDADANIA FEMININA	PRISCILA GOULART DOS SANTOS
02.1477	2002	PARQUE RESIDENCIAL MADRI: A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE HUMANIZADA	CRISTIANE MARQUES MOREIRA
02.1483	2002	CONSTRUINDO CIDADANIA: CONTRIBUIÇÕES NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS – UNAMI/ITAJAÍ-SC-NESSOP/UFSC	FABIANA MARISA MARTINS
02.1501	2002	O PERFIL DOS MORADORES DO MORRO DA PENITENCIÁRIA – FLORIANÓPOLIS/SC: O SANEAMENTO BÁSICO NA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	VANESSA DE ANDRADE
02.1503	2002	O PROJETO MORAR LEGAL E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	ADRIANA DE SOUZA SIQUEIRA
02.1526	2002	A LUTA DOS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE	ISABEL ADRIANA BOTEGA HOLTZ
02.1535	2002	A AÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROJETO DE ACESSORIA – NESSOP JUNTO AS MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIOS NA VIDA DA LAGOA	MARIA SALETE COSTA SILVEIRA
02.1537	2002	UM OLHAR PARA O DEBATE DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DO SUL DA OLHA DE SANTA CATARINA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: SEMINÁRIO REGIONAL – FÓRUM DAS	MARILENE CORREA MARTINS

		IDADE/UFECO	
02.1538	2002	REDE DE APOIO SÓCIO-COMUNITÁRIO – UMA EXPERIENCIA VIVENCIADA NA COMUNIDADE DA SERRINHA – FLORIANÓPOLIS/SC	MAURINA VOLTOLINI
02.1539	2002	O ASSOCIATIVISMO SÓCIO-COMUNITÁRIO E O DIREITO A CIDADE: DESAFIOS A PRÁXIS PARTICIPATIVA	MICHELLY NEZILDA CARDOSO
03.1568	2003	O FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS	DEISE VICENTE OLIVEIRA
03.1578	2003	O ASSOCIATIVISMO CIVIL E SUAS POSSIBILIDADES POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE: A EXPERIENCIA DO SEMINÁRIO REGIONAL DO FORUM DA CIDADE DO CENTRO-ITACORUBI	JAMILLE GEVAERD LISBOA
03.1599	2003	UFECO: BUSCANDO PARCERIAS PARA CONSTRUIR LEGITIMIDADE – A EXPERIENCIA DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS	RAQUEL MÁRCIA MATTOS
03.1620	2003	SERVIÇO SOCIAL: MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO PARA O FORUM DA CIDADE	CARLOS ALBERTO RAULINO JUNIOR
03.1624	2003	A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA POPULAR DO ALTO DA CAEIRA – FLORIANÓPOLIS/SC: A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA RELAÇÃO COM A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	DIDIANE ALVES NUNES
03.1626	2003	A LUTA DA REGIÃO DA BACIA DA AGOA POR UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA	ELAINE CRISTINA GRAH
04.1681	2004	PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA CACHOEIRA: O PERCURSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	CAROLINA DE CARVALHO DANTAS
04.1689	2004	A REIVINDICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA CACHOEIRA: O PERCURSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	DANIELA TEIXEIRA CHAVES
04.1737	2004	“PROGRAMA HABITAR BRASIL BID E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ”	EDILAINE DE ASSIS CAMARGO

04.1741	2004	SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIÃO PALHOÇENSE DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS – UNIPEC	ELOIR GRAHL
04.1753	2004	MEDO E INSEGURANÇA COMO CONSEQUÊNCIA DA DESMOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA PERSPECTIVA NO FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	JOSIANE STIMAMIGLIO
04.1754	2004	O PAPEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES	JULIA GONÇALVES RECH
04.1765	2004	FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E METODOLÓGICA DE GESTORES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: INSERÇÃO E POSSIBILIDADES DO SERVIÇO SOCIAL	MARIA CATARINA MACHADO
05.1788	2005	O MOVIMENTO SÓCIO-POPULAR COMUNITÁRIO DE FLORIANÓPOLIS NA BUSCA DA CIDADE QUE QUEREMOS: EVENTO II FÓRUM DA CIDADE	ADRIANO JOÃO DOS SANTOS
05.1802	2005	A PESQUISA DO PERFIL DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS FILIADAS À UFECO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC	FABIANA ERLI WITT
05.1823	2005	O PROCESSO DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS OFICINAS DE TRABALHO SOCIAL COM GRUPOS POPULARES – NESSOP/UFSC	NALÚ MARTINI PICOLI
05.1890	2005	OS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS E O DIREITO À CIDADE: RELAÇÃO UFECO E O FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS	SALETE TERESINHA BATISTA
07.1988	2007	UM OLHAR PARA A CIDADE QUE QUEREMOS: IV FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE	ANDREIA SANTOS
07.1990	2007	O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS.	ANDREZA PIMENTEL MACHADO
07.2011	2007	O FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE: TRAJETÓRIA E DESAFIOS	RAQUEL SZYMCAK FACHIN

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas com os Assistentes Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR –
NESSOP

Professora: Maria Teresa Santos – teresasantos@cse.ufsc.br

Acadêmica: Mariane Alves – marianeilaves@yahoo.com.br

**Roteiro de Entrevista com os Assistentes Sociais que atuam/atuaram no Movimento
Sócio Comunitário de Florianópolis**

Atuação Profissional

1. Como se deu sua inserção junto ao Movimento Sócio Comunitário?
2. Que ações/projetos desenvolveu junto ao Movimento Sócio Comunitário?
3. Quais os instrumentos técnico-operativos mais utilizados?

Formação Profissional

4. Que conhecimentos são necessários para atuação do Assistente Social junto ao Movimento Sócio Comunitário?
5. O projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFSC atende a tais necessidades?

Concepção Movimento Sócio Comunitário

6. O que você entende por Movimento Sócio Comunitário?

Concepção e perspectivas para a profissão?

7. Quais são os desafios para a atuação do Serviço Social nesta área (atuação com movimentos sociais)?

APÊNDICE C – Questionário aplicado com os Assistentes Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR –
NESSOP

Professora: Maria Teresa Santos – teresasantos@cse.ufsc.br

Acadêmica: Mariane Alves – marianeilaves@yahoo.com.br

Levantamento do Perfil dos Assistentes Sociais que atuam/atuaram no Movimento Sócio Comunitário de Florianópolis

Identificação

1. Nome: _____

2. Data de Nascimento: ___/___/___

3. Estado Civil: _____

4. Naturalidade: _____

Formação Profissional:

5. Ano Graduação: _____

6. Unidade de Ensino onde se graduou: _____

7. Realizou pós-graduação? () sim () não

Em caso positivo, qual curso/nível? _____

Exercício Profissional

8. Trabalha atualmente: () sim () não

Em caso afirmativo:

8.1 Organização/Instituição: _____

8.2 Tipo vínculo: _____

8.3 Tempo de atuação: _____

Atuação com o Movimento Sócio Comunitário

9. Vínculo de trabalho: _____

10. Quais Organizações: _____

11. Projeto/ações: _____

12. Com remuneração: () sim () não

Obs: _____
